



**CATOLICA**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS**  
LISBOA

**Universidade Católica Portuguesa**

**Instituto de Estudos Políticos**

Beatriz da Silva Gouveia

Nº de aluna: 100519027

**O terrorismo como nova guerra?  
O caso da Síria**

Dissertação submetida como requerimento parcial para a conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Segurança e Defesa

**Orientadora:** Professora Doutora Raquel Duque

Lisboa, novembro 2021

## **Agradecimentos**

Começo por agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Raquel Duque, por ter aceitado orientar-me nesta etapa académica, pelo apoio, ajuda, partilha de ideias e estímulo durante estes meses.

Agradeço também ao Instituto de Estudos Políticos, que acabou por se tornar numa segunda casa para mim e que me acolheu durante estes longos e, ao mesmo tempo curtos, anos da minha vida e que irão ficar na minha memória para sempre. Ao Professor João Carlos Espada, Diretor do IEP, e à Professora Ivone Moreira, Coordenadora do Mestrado, por todo o trabalho dedicado aos alunos e a esta instituição e por serem um exemplo do que é dedicação, desempenho e excelência. A todos os Professores que me acompanharam e viram crescer ao longo da licenciatura e do mestrado, pelos conhecimentos transmitidos e debates construtivos.

Aos meus amigos por toda a paciência tiveram comigo durante estes meses de escrita de tese, por ouvirem os meus desabaços e ideias acerca da presente dissertação e por todo o ânimo que me deram quando mais precisava dele. Deixo um especial agradecimento à Célia Pinheiro, ao Emmanuel Carneiro, à Francisca Carvalho, à Marta Navarro, à Patrícia Bastos e à Rita Melo Dias, que foram as pessoas que mais me ajudaram e que mais estiveram presentes nestes meses de escrita.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e ajudaram incondicionalmente durante esta jornada. Sem eles o percurso académico teria sido completamente distinto e muito mais difícil.

## Resumo

A guerra é um fenómeno que está em constante mudança e evolução. Muitos autores, nomeadamente Mary Kaldor, acreditam que a guerra do final do século XX, início do século XXI, é uma guerra totalmente distinta do modelo de guerra de Clausewitz, que se caracterizava por um combate em grande escala, em que cada lado pretendia, através da violência, compelir o outro à sua vontade, tendo como objetivo imediato vencer o seu adversário, tornando-o incapaz de reerguer forças para um possível ataque posterior, cujo financiamento é caracterizado pelas receitas dos Estados em guerra – como sucedeu, por exemplo, na Guerra da Prússia ou na Primeira Guerra Mundial. As “novas guerras” são distintas deste modelo de guerra, uma vez que são conflitos entre atores estatais e não-estatais e utilizam táticas de guerra não-convencional, isto é, irregulares, como as táticas de guerrilha e ações terroristas, cujo financiamento não provém de receitas do Estado, mas sobretudo de fontes ilícitas, como o crime organizado.

Na presente investigação, e tendo como base o conceito de “nova guerra” de Mary Kaldor, pretender-se-á explicar em que consiste esse fenómeno, como emerge, assim como se o terrorismo pode ser considerado uma “nova guerra” ou se não passa de uma tática da mesma. Deste modo, também será analisado o fenómeno do terrorismo, nomeadamente o debate entre quem defende a existência de um terrorismo velho e de um terrorismo novo e a interligação das características desta última terminologia com as “novas guerras”.

Finalmente, e através do estudo de caso da Síria, será analisado o conflito que deflagrou em 2011 com a Primavera Árabe e que ainda persiste. Estudar-se-ão as diferentes fases do conflito, as diferentes fações e as características da guerra que se prolonga, há uma década, com vista a perceber se a Síria pode ser, ou não, considerada como palco de uma “nova guerra”.

**Palavras-chave:** Terrorismo; “novas guerras”; Primavera Árabe; guerra civil; Síria.

## Abstract

War is a phenomenon that is constantly changing and evolving. Many authors, including Mary Kaldor, believe that the war at the end of the 20th century, beginning of the 21st century, is a totally different war from Clausewitz's model of war, which was characterized by a large-scale combat, in which each side intended, through violence, compel the other to his will, with the immediate objective of defeating his opponent, making him incapable of rebuilding forces for a possible later attack, whose financing is characterized by the revenues of the states at war - as happened, for example, in the Prussian War or in the First World War. The new wars are different from this model of war, as they are conflicts between state and non-state actors and use unconventional war tactics, that is, irregular, such as guerrilla tactics and terrorist actions, whose funding does not come from state revenues, but above all from illicit sources such as organized crime.

In this research, and based on Mary Kaldor's concept of "new war", we intend to explain what this phenomenon consists of, how it emerges, as well as whether terrorism can be considered a "new war" or not it is just a tactic of the same. In this way, the phenomenon of terrorism will also be analyzed, namely the debate between those who defend the existence of an old terrorism and a new terrorism and the interconnection of the characteristics of the latter terminology with the "new wars".

Finally, and through the case study of Syria, the conflict that broke out in 2011 with the Arab Spring and which persists will be analyzed. The different phases of the conflict, the different factions and the characteristics of the war that has been going on for a decade will be studied, with a view to understanding whether Syria can be, or not, considered as the stage for a "new war".

**Key words:** Terrorism; new wars; Arab Spring; civil war; Syria

“Para compreender a guerra, é preciso analisá-la.”

Sven Chojnacki em “*Anything new or more of the same? Wars and military interventions in the international system, 1946–2003*”

## Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	ii
Abstract.....	iii
Lista de tabelas e mapas .....	vi
Introdução .....	1
Metodologia.....	5
1) Novas guerras .....	7
1.1) Caracterização das “novas guerras” .....	9
1.2) Críticas ao conceito de “novas guerras” .....	17
2) Terrorismo .....	23
2.1) Definição de terrorismo .....	25
2.2) Terrorismo novo vs. terrorismo velho.....	37
2.3) Terrorismo como nova guerra? .....	44
3) Estudo de caso: Síria .....	48
3.1) A Primavera Árabe.....	54
3.2) A escalada da violência: de guerra civil a conflito internacional.....	64
3.3) Terrorismo na Síria como nova guerra?.....	79
Conclusão .....	84
Bibliografia.....	87

## **Lista de tabelas e mapas**

**Tabela 1** – Evolução da guerra ao longo dos séculos (desde o século XVII até à atualidade).

**Tabela 2** – Diferenças entre o terrorismo antigo e o terrorismo novo.

**Mapa 1** – A distribuição étnica e religiosa na Síria

## Introdução

A guerra é um conceito mutável, assim como o fenómeno do terrorismo, por isso, é imperativo o desenvolvimento de constantes análises para que um país ou a comunidade internacional consigam dar a resposta adequada.

O modelo de guerra de Clausewitz perdurou durante décadas, mas no século XXI assistimos a um fenómeno diferente que consideramos serem “novas guerras”, pois ocorrem em contextos de enfraquecimento do poder político e se torna mais complexo distinguir entre o que é estatal e não-estatal, público e privado, externo e interno, económico e político. A fluidez entre estas dualidades pode funcionar como causa ou como consequência da violência. O modelo de guerra de Clausewitz caracterizava-se por um combate em grande escala, em que cada lado pretendia, através da violência, compelir o outro à sua vontade, tendo como objetivo imediato vencer o seu adversário, tornando-o incapaz de reerguer forças para um possível ataque posterior, cujo financiamento consistia em receitas dos Estados em guerra – como sucedeu, por exemplo, na Guerra da Prússia ou na Primeira Guerra Mundial. As “novas guerras” têm uma lógica diferente das “guerras antigas” não só em termos de atores, como em objetivos, métodos e formas de financiamento. Investigadores como Mary Kaldor, Herfried Münkler, Hugo Miguel Moutinho Fernandes, entre outros, começaram a debater esta mudança, alegando que as suas características juntas, mesmo que algumas se pudessem ter feito notar nas denominadas de “guerras antigas”, nada tinham a ver com o antigo modelo clausewitziano.

O termo “novas guerras” gerou [e continua a gerar] debate, uma vez que investigadores como Sven Chojnacki, Stathis N. Kalyvas afirmam que as ditas “novas guerras” pouco têm de novo e, como tal, é incorreto mencioná-las enquanto novas. No entanto,

consideramos que, apesar de por vezes se fazerem notar algumas características do modelo da guerra convencional nas “novas guerras”, assistimos à constante evolução do fenómeno da guerra. O termo “novo” é usado como forma de caracterizar os elementos que têm surgido e que tornam as “novas guerras” um conceito válido. Além do mais, o termo será utilizado na presente dissertação para compreender se o terrorismo pode ser considerado como uma “nova guerra” ou se não passa de uma tática desta forma de guerra.

O terrorismo é também um fenómeno em constante evolução. O termo “terror” já foi visto como algo positivo – no regime após a Revolução Francesa significava que o Estado era capaz de manter a ordem e a estabilidade governamental, sob a aplicação de medidas de extrema violência, mantendo afastados os opositores. Contudo, desde o final do século XIX que é considerado como um crime pelos Estados, pois a violência é exercida contra o aparelho do Estado e instala o terror e o medo entre as populações<sup>1</sup>.

O terrorismo é um fenómeno com variadas definições, não havendo um consenso. Como tal, a presente dissertação adotará a seguinte definição: terrorismo é “a utilização da violência ou a ameaça da utilização da violência para atingir um fim político, praticada segundo atos planeados, calculados e sistemáticos”<sup>2</sup>, violência essa exercida sobre civis ou elementos simbólicos do Estado. Esta foi a definição escolhida uma vez que foi considerada pela autora da dissertação como a definição mais objetiva e, ao mesmo tempo, completa que consegue prover uma melhor perceção do terrorismo. Peter R. Neumann na sua obra *“Old and New Terrorism”* analisa as características do terrorismo, caracterizando um “novo” e um “antigo” terrorismo, quais são os seus motivos, estruturas e táticas de ataque. David C. Rapoport, em *“The four waves of modern terrorism”*, divide

---

<sup>1</sup> Pedro Antunes Ferreira, *O novo terrorismo* (Lisboa: Prefácio, D.L, 2006), 29.

<sup>2</sup> Definição retirada de Ferreira, *O novo terrorismo*, 29.

o terrorismo moderno em quatro vagas, desde o final do século XIX, com a vaga anarquista, até ao século XXI com a vaga religiosa, que, segundo o autor, ainda estamos a vivenciar. Tal análise demonstrou-se relevante ao longo da investigação uma vez que permitiu uma melhor compreensão da evolução do terrorismo ao longo da história e de como o terrorismo atua em conflitos como aquele que perdura na Síria desde 2011 até à atualidade.

A guerra e o terrorismo são dois fenómenos que sempre estiveram presentes na história e que podem ser vistos com subjetividade, dependendo da lente analítica/posição que cada um tem perante o conflito. Um exemplo de um acontecimento que poderia ter sido visto como terrorismo e não foi, foi a Primavera Árabe. Apesar de, inicialmente, esta ter começado com manifestações pacíficas, os protestos estavam a acontecer tendo em vista o fim dos regimes autoritários e opressores no mundo árabe e tiveram uma grande escalada na violência utilizada, tanto por parte dos manifestantes como por parte dos regimes. Foi essa escalada na violência que fez com que muitos líderes políticos olhassem para estas manifestações como atos terroristas, até porque o objetivo dos manifestantes [a queda dos regimes] é uma das características do terrorismo praticado por pequenos grupos revolucionários – combate entre aquele que aparenta ser o mais fraco e o mais forte, tentando modificar o modo de atuação do governo<sup>3</sup>. As manifestações da Primavera Árabe tiveram, na época, o efeito desejado em alguns países, como na Tunísia e no Egito, porém nem todos os países vivenciaram a queda do regime, mesmo tendo sido acompanhada de conflitos sangrentos, mas sim sangrentas guerras civis, algumas delas que tiveram uma escalada de violência tão grande que passaram de guerra civil a conflito internacional. Um dos exemplos é a Síria, sendo este país analisado como caso de estudo.

---

<sup>3</sup> Ferreira, *O novo terrorismo*, 22.

A presente dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo, “Novas guerras”, consiste numa análise detalhada das características das “guerras antigas” e das “novas guerras”, bem como das críticas ao termo “novas guerras”.

O segundo capítulo, “Terrorismo”, é constituído por três partes; uma primeira parte que consiste na tentativa de definir o fenómeno do terrorismo tendo como base as quatro vagas descritas por Rapoport, além de incluir considerações de variados autores como Louise Richardson, David J. Whittaker, Louis Pojman, entre outros. Numa segunda parte é feita a distinção entre terrorismo antigo e terrorismo novo, com base em Neumann. Na terceira parte do capítulo tentamos analisar se o terrorismo pode ser entendido como “nova guerra”.

O terceiro capítulo da dissertação consistirá num caso de estudo sobre a Síria, onde se examina a história do país; também se analisa as origens, os motivos, as causas e as consequências da Primavera Árabe, uma vez que foi esta que despoletou uma das guerras civis mais sangrentas do século XXI e far-se-á, também, uma análise do conflito, tentando explicar como é que este teve uma escalada de violência tão significativa e como é que passou de guerra civil a conflito internacional. Finalmente, tentar-se-á responder à questão “será que o terrorismo na Síria pode ser considerado como uma ‘nova guerra’?”.

## Metodologia

Pesquisas anteriores acerca das “novas guerras”, do terrorismo e do atual conflito na Síria, bem como declarações oficiais, de atores internacionais como os Estados Unidos e organizações como a Organização das Nações Unidas ou a União Europeia, estimularam o interesse da autora da presente dissertação para perceber em que medida é que o terrorismo pode ser considerado como uma “nova guerra” e até que ponto é que o terrorismo está relacionado com este novo conceito do século XXI. Apesar de os estudos que relacionassem as “novas guerras” de forma direta com o terrorismo serem escassos, foi possível encontrar uma abundante literatura relacionada com as “novas guerras” e com o terrorismo, de forma separada.

Nos autores fundamentais para a compreensão do conceito das “novas guerras” encontram-se Chojnacki (2006), Clausewitz (2014), Henderson e Singer (2002), Kaldor (2012, 2013 e 2017), Kalyvas (2011), Machado Barroso (2012), Moutinho Fernandes (2016), Münkler (2005), Newman (2004) ou Proença Garcia (2010 e 2018). Estes autores explicaram as características e diferenças entre as “novas guerras” e as guerras convencionais. De entre os trabalhos que se mostraram relevantes para a análise do terrorismo contam-se Antunes Ferreira (2011), Chaliand e Blin (2017), Copeland (2001), Duque (2016), Kurtulus (2011), Neumann (2009), Rapoport (2002), Rapoport (2004), Richardson (2006), Tucker (2001) e Whittaker (2001).

Finalmente, para uma melhor compreensão do atual conflito da Síria foram consultados trabalhos de Anderson (2011), Baczko et al (2018), Barbosa (2011), Dalton (2017), Diamond (2010), Kaldor (2013), Kedourie (1992), Lima (2015), Malantowicz (2021), Peters (2015), Phillips (2015), Sulce (2019) e Wimmen e Muriel (2012) e todos mostraram-se extremamente relevantes para uma melhor percepção do começo e do desenrolar da guerra civil síria até aos nossos dias.

A pergunta de investigação da presente dissertação é a seguinte: “Pode o terrorismo ser considerado uma nova guerra?”. Será analisado o caso da Síria, uma vez que a Síria foi classificada como o quarto país mais afetado pelo terrorismo no mundo, segundo o *Global Terrorism Index 2020 – measuring the impact of terrorism*, cujo lugar neste índice pode ser explicado pela guerra civil que se faz sentir no país desde 2011.

A presente dissertação implica, portanto, uma abordagem qualitativa para a análise do impacto do terrorismo na Síria e para a compreensão da ligação que existe entre o

terrorismo e as “novas guerras”. O método utilizado é o dedutivo – parte do geral para o particular; reformula a informação já contida nas premissas, tendo por objetivo explicar o conteúdo das premissas. Ou seja, parte das teorias para prever a ocorrência dos fenômenos, utilizando material já conhecido, mas com uma nova interpretação.

No primeiro capítulo, propomo-nos a responder à questão derivada “em que consiste uma ‘nova guerra’?”. Começar-se-á por analisar o modelo de guerra clausewitziano, isto é, de guerra convencional, analisando-se depois as “novas guerras”, aprofundando as suas características, bem como as críticas a este novo conceito.

No segundo capítulo da dissertação, seguiremos a pergunta derivada “o que é o terrorismo?”, que implicará abordar a evolução do terrorismo desde a Revolução Francesa até à atualidade, nomeadamente as quatro vagas do terrorismo contemporâneo de David C. Rapoport.

No terceiro e último capítulo é examinado o conflito na Síria tendo em vista a resposta a duas questões: (1) “é possível considerar-se a atual guerra civil na Síria como uma ‘nova guerra’?” e (2) “pode-se considerar o terrorismo na Síria como uma ‘nova guerra’?”. Para tal será explicada a Primavera Árabe, como é que se despoletou e quais foram as consequências das manifestações pacíficas nos países do Médio Oriente e Norte de África e na Síria, para uma melhor perceção da escalada da violência na Síria, que passou de uma guerra civil a conflito internacional.

## 1) Novas guerras

A divisão que ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, entre as duas grandes potências da época, os Estados Unidos da América e a União Soviética, impôs uma primeira rutura no sistema internacional que estava a ser reconstruído: a substituição da multipolaridade, que caracterizou a estrutura do sistema de Estados europeu desde a sua formação, pela bipolaridade. A URSS e os EUA “passaram a ser os únicos polos da estrutura internacional, cujo equilíbrio só podia existir se cada um deles pertencesse a campos opostos”<sup>4</sup>. Note-se que uma guerra hegemónica requer a alteração estrutural na distribuição do poder, sendo a constituição de uma nova ordem mundial indispensável para a restauração da estabilidade e para legitimar o poder das potências vencedoras<sup>5</sup>.

O período da Guerra Fria era caracterizado pela competição ideológica entre as duas grandes potências, entre a democracia e o comunismo, que acabou por gerar pequenos conflitos totalmente distintos daqueles que foram presenciados nas duas grandes guerras que ocorreram na primeira metade do século XX – recorde-se a Guerra da Coreia (1950-1953), que teve um formato mais de guerrilha, ao passo que as guerras mundiais envolveram enormes campos de batalha com armas de destruição em massa. As táticas e os métodos de guerra foram alterados, assim como o tipo de atores<sup>6</sup>.

Por outras palavras, o mundo após 1945 mudou radicalmente. Na Primeira Guerra Mundial havias alianças entre as potências, na Segunda Guerra Mundial as batalhas eram travadas entre impérios. Após 1945 tudo isto mudou e, conseqüentemente, o modelo de guerra também se alterou – os impérios desapareceram, a Organização das Nações Unidas nasceu e a bipolaridade surgiu, juntamente com um novo sistema de alianças, em que

---

<sup>4</sup> Carlos Gaspar, *O Pós-Guerra Fria* (Lisboa: Tinta da China, 2016), 13.

<sup>5</sup> *Ibid*, 32.

<sup>6</sup> Tanisha M. Fazal e Paul Poast, “War is not over – What the Optimists Get Wrong About Conflict”, *Foreign Affairs*, novembro/dezembro de 2019, 75.

metade do mundo se alinhou com os Estados Unidos – polo da democracia – e outra metade com a URSS – polo do comunismo – dando-se, assim, uma transformação colossal no mundo e uma mudança na lógica da guerra.

No final da Guerra Fria surgiram novas formas de violência política não associadas aos Estados<sup>7</sup>. Esta alteração da conceção de guerra fez com que investigadores como a Mary Kaldor realizassem uma abordagem distinta aos conflitos que ocorreram desde o final do século XX até à atualidade e apresentassem um termo novo, as “novas guerras”. Muito dificilmente iremos presenciar um conflito que possua as mesmas características que a Guerra das Trincheiras [Primeira Guerra Mundial] – guerra que teve um início e um fim oficiais, com campos de batalha específicos e donde saíram claros vencedores e perdedores, travada pelos exércitos dos Estados beligerantes.

Reconhecendo a relevância e a necessidade de compreensão deste novo termo, o primeiro capítulo da dissertação focar-se-á nele, caracterizando primeiro as diferenças existentes entre as “novas guerras” e as “guerras antigas” e, também, as características da guerra subversiva na tentativa de compreender quais são as diferenças entre a guerra subversiva e as “novas guerras” e se estas são pertinentes para o estudo da evolução do caráter da guerra. De seguida, serão analisadas as críticas a este novo conceito.

---

<sup>7</sup> Felipe Pathé Duarte, “O Jihadismo Global: da teoria à prática – contributos para o estudo da estratégia de subversão armada de um antimovimento secular” (PhD, Universidade Católica Portuguesa, 2012), 58.

## 1.1) Caracterização das “novas guerras”

Para um melhor entendimento do que é uma “nova guerra”, importa compreender o conceito de guerra numa aceção convencional. Carl von Clausewitz é uma das maiores referências quando se trata da temática da guerra, da história militar e da estratégia, porque, sendo militar, interessava-se pela compreensão e análise de vários aspetos [históricos, sociais, económicos] respeitantes à guerra.

Clausewitz começa a sua obra “Da Guerra” afirmando que a guerra não passa de um duelo em grande escala, constituído por inúmeros conflitos pequenos que acabam por levar à guerra. Cada lado do confronto tem como objetivo submeter o outro à sua vontade através da violência, pretendendo vencer o adversário, tornando-o incapaz de reerguer forças para um possível ataque futuro. Por outras palavras, “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”.<sup>8</sup> Note-se que o “nosso” simbolizava o Estado, sendo as suas Forças Armadas os atores do conflito e a força física e o armamento disponível eram os meios através dos quais se impunha a vontade dos Estados; e o desfecho do conflito requeria que um dos lados teria de cair, era esse o verdadeiro objetivo da guerra.

A guerra para Clausewitz era uma atividade social que envolvia a organização e a mobilização de homens com o propósito de infligir violência no seu adversário visando a sua derrota<sup>9</sup>. A batalha era uma atividade de guerra, era o momento decisivo e a mobilização e a aplicação de força eram os fatores mais importantes que determinavam o resultado da guerra.

Mary Kaldor, uma das maiores investigadoras no campo das novas guerras, aborda as “guerras antigas”, as guerras convencionais, que se verificaram desde o século XV até ao

---

<sup>8</sup> Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, traduzido por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle (2014), 75.

<sup>9</sup> Mary Kaldor, *New & Old Wars – organized violence in a global era* (Cambridge: Polity Press, 2012), 15.

final do século XX. A guerra foi um fenómeno muito presente na Europa nestes séculos e está ligado à evolução do Estado moderno, tendo passado por várias fases distintas. Todavia, cada um destes períodos regista um modo de guerra diferente, que envolveu vários tipos de forças militares, de estratégias e de técnicas, assim como de meios de guerra e de relações entre Estados<sup>10</sup> conforme se poderá observar na Tabela 1.

**Tabela 1**

	<i>Séculos XVII e XVIII</i>	<i>Século XIX</i>	<i>Início do século XX</i>	<i>Final do século XX</i>
<b><i>Tipo de política</i></b>	Estado absolutista	Estado-nação	Coligações de Estados; Estados multinacionais; Impérios	Blocos
<b><i>Objetivos da guerra</i></b>	Razões do Estado; conflitos dinásticos; consolidação de fronteiras	Conflitos nacionais	Conflitos nacionais e ideológicos	Conflitos ideológicos
<b><i>Tipo de exército</i></b>	Mercenários/profissionais	Profissionais/recrutamento	Exércitos em massa	Exércitos profissionais/elite científico-militar
<b><i>Tática militar</i></b>	Uso de armas de fogo, manobras defensivas, cercos	Ferrovias e telégrafo; mobilização rápida	Poder de fogo maciço; tanques e aeronaves	Armas nucleares
<b><i>Economia de guerra</i></b>	Regularização da tributação e do endividamento	Expansão da administração e da burocracia	Mobilização da economia	Complexo militar-industrial

Fonte: Mary Kaldor, *Old & New Wars*. Tabela traduzida pela autora da presente dissertação.

Hugo Miguel Moutinho Fernandes, Major de Infantaria, resume toda a evolução da guerra através da sua compartição em quatro gerações<sup>11</sup>. As guerras do século XVII,

<sup>10</sup> Kaldor, *New & Old Wars*, 17.

<sup>11</sup> Hugo Miguel Moutinho Fernandes, “As novas guerras: o desafio da guerra híbrida”, *Revista de Ciências Militares* vol. IV nº2, novembro de 2016, acessado a 1 de setembro, 2021, 13.

guerras de primeira geração, combatiam-se pela luta pela soberania e pelo nacionalismo, que conferia à nação uma posição de importância na hierarquia dos valores da época, tendo conduzido à centralização de poder nos Estados-nação e à criação de um monopólio do uso da força legítima por esses mesmos Estados-nação. As guerras estavam subordinadas a códigos de conduta, a separação entre combatente e civil era clara e a vitória provocava obrigatoriamente a rendição do inimigo<sup>12</sup>. Foi após o estabelecimento da Paz de Vestefália em 1648<sup>13</sup>, durante as guerras da Revolução e do Império em 1792<sup>14</sup>, que os exércitos passaram a ser constituídos através de alistamentos, surgindo, assim, a guerra das massas, e que o objetivo central passou a ser a aniquilação do inimigo. No final da guerra Franco-Prussiana, em 1871<sup>15</sup>, o paradigma da guerra industrial entre Estados estava quase completo – os desenvolvimentos industriais e tecnológicos tornaram as armas mais destrutivas e muitos aspetos da guerra foram alterados como consequência desses desenvolvimentos, nascendo a segunda geração da evolução da guerra<sup>16</sup>.

Os avanços tecnológico e industrial que começaram a ser aplicados no campo militar, bem como a crescente importância das alianças e a codificação de leis de guerra<sup>17</sup> durante o século XIX, trouxeram a versão Clausewitziana de guerra moderna mais perto da noção de guerra do século XX. Todavia, a tecnologia aliada à emergência dos nacionalismos atenuou a distinção entre combatente e não combatente – passou a ser uma guerra de massas e verificou-se, também, a introdução das dimensões aérea e naval na guerra<sup>18</sup>. Um exemplo de guerra que seguiu este modelo foi a Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>12</sup> Fernandes, “As novas guerras”, 14.

<sup>13</sup> “O Congresso de Vestefália foi convocado com o objetivo de terminar a Guerra dos Trinta Anos, um conflito político e religioso que decorreu entre 1618 e 1648 e que teve o seu epicentro no território da atual Alemanha. [...] A denominada “Paz de Vestefália”, [...] designa a série de acordos que foram produzidos”. Portal Diplomático, *Congresso de Vestefália*.

<sup>14</sup> Período da Revolução Francesa, que teve em vista a proclamação da República em França.

<sup>15</sup> Conflito entre o Império francês e o Reino da Prússia no final do século XIX.

<sup>16</sup> Fernandes, “As novas guerras”, 14.

<sup>17</sup> Declaração de Paris em 1956

<sup>18</sup> Fernandes, “As novas guerras”, 14.

Mais uma vez, a Primeira Guerra Mundial trouxe uma alteração ao modelo de guerra anterior, as guerras de segunda geração, que consistiu na dimensão do conflito ser em larga escala, tornando-se numa guerra mundial que envolveu dezenas de países. Por outras palavras, envolveu uma vasta mobilização de forças nacionais e coloniais<sup>19</sup>, sendo que todas as populações contribuíram para a guerra, tanto na batalha como na produção de materiais bélicos que contribuíram para o esforço de guerra.

A terceira geração da evolução da guerra, segundo o Major Hugo Miguel Fernandes, começou no final da Segunda Guerra Mundial, quando a guerra assumiu novos contornos tecnológicos e geográficos, que estavam marcados pela rivalidade dum mundo em equilíbrio bipolar e com o perigo de escalar para um conflito nuclear – a Guerra Fria. A força militar começou a ser utilizada como um instrumento de dissuasão e o desenvolvimento de armas de destruição maciça alterou a forma como se pensava na guerra entre Estados desenvolvidos. Até então, os atores das guerras eram as Forças Armadas do Estado, os objetivos consistiam em interesses geopolíticos, as táticas caracterizavam-se por encontros decisivos e o financiamento era assegurado pelo Estado<sup>20</sup>.

Nas últimas décadas assistimos a um modelo de guerra assimétrico, permanente e irregular, em que deixou de existir uma origem clara do campo de batalha, de um alvo específico, de objetivos claros e o Estado deixou de possuir o monopólio da utilização da violência. Por outras palavras, e tal como Münkler afirmou na sua obra “The New Wars”, a guerra desmilitarizou-se e a distinção entre frente, território e retaguarda desapareceu<sup>21</sup>. Desde os anos 1990 que se verifica a chamada quarta geração da evolução da guerra.

---

<sup>19</sup> Milhares de africanos e asiáticos participaram na Primeira Guerra Mundial enquanto habitantes das colónias das respetivas potências.

<sup>20</sup> Mary Kaldor, “In Defence of New Wars”, *Stability* 2(1), 2013, 3.

<sup>21</sup> Hertzfried Münkler, *The New Wars* (London: Polity, 2005), 12.

Existem várias formas de designar a guerra contemporânea, nomeadamente de terceiro tipo (Kalevi Holsti), de quarta geração (Major Hugo Miguel Fernandes) ou então “novas guerras” (Mary Kaldor). Esta última formulação subentende que são guerras que envolvem atores estatais e não-estatais e que utilizam todas as formas de coação para serem atingidos os fins [políticos, sociais, religiosos]. As principais vítimas destas guerras são as populações, sendo maior o número de baixas civis do que militares e o crime organizado – tráficos variados, nomeadamente o de droga, e o recurso à extorsão – é o seu modo de financiamento. Ademais, as novas guerras persistem nos Estados falhados ou em países menos desenvolvidos, através do envolvimento das grandes potências mundiais<sup>22</sup>.

De acordo com esta autora, os objetivos das “novas guerras” estão totalmente direcionados para razões de políticas identitárias, que estão associadas à globalização e ao desenvolvimento tecnológico das comunicações. Por isso, Kaldor refere-se às “novas guerras” como “guerras da globalização” e utiliza o termo “novas” para a sua designação porque a própria globalização, enquanto acelerador da transmissão de informação e das comunicações, é um fenómeno novo na sociedade humana. Além disso, a guerra deixou de ter lugar predominantemente entre países (interestatais) e passou a ocorrer maioritariamente dentro das fronteiras territoriais dos Estados (intraestatais). São conflitos de baixa intensidade que possuem um grande leque de atores – grupos terroristas, grupos de guerrilha, senhores da guerra, entre outros. Por outras palavras, as “novas guerras”, segundo Kaldor, são guerras da globalização e ocorrem tipicamente em países cujo aparelho estatal enfraqueceu devido àquele processo de abertura ao mundo.

---

<sup>22</sup> Francisco Proença Garcia, “A nova conflitualidade e as forças da transformação”, *ResearchGate*, março 2018, acessado a 2 de abril, 2021, 4.

A globalização é uma variável de importância central nas doutrinas militares. A grande mobilidade de pessoas, de bens e de ideias significa também uma maior mobilidade de atores não-estatais com intenções ilícitas, de acesso a armas de destruição e fundamentalismos radicais de variados tipos<sup>23</sup>. A globalização tanto melhora o nível e esperança de vida nos países desenvolvidos, como também acentua o fosso entre os mais ricos e os mais pobres e pode originar um mundo mais imprevisível e perigoso – jovens democracias podem colapsar antes de se consolidarem, transformando-se em Estados falhados e num local ideal para a atividade terrorista com alcance global<sup>24</sup>.

Note-se que o Estado é o pilar da ordem mundial e “enquanto forma de organização política e social, apresenta um percurso relativamente extenso e distinto atendendo às singularidades histórias, políticas, sociais, culturais e identitárias de cada país”<sup>25</sup>. É possível identificar a fragilidade de um Estado através da ausência de legitimidade, de autoridade, pela prestação de serviços das suas instituições e pela autoridade e capacidade de funcionamento. Ora, um Estado falhado é incapaz de se sustentar enquanto membro da sociedade internacional e é caracterizado pelo colapso da sua autoridade governamental central na imposição da ordem. Ademais, as suas instituições judiciais e executivas são ineficientes, não havendo controlo do território ou do monopólio do uso legítimo de violência<sup>26</sup>.

Os atores geralmente pretendem ter acesso ao aparelho do Estado, influenciar as políticas e a mobilização política, acabando por se focarem em políticas identitárias. Os atores da guerra focam-se na captação do território através do controlo da população e

---

<sup>23</sup> Luís Fernando Machado Barroso, “As novas guerras: entre Sun Tzu e Clausewitz”, *Boletim Ensino* nº13, novembro de 2012, acedido a 1 de setembro, 2021, 20.

<sup>24</sup> *Ibid*, 21.

<sup>25</sup> Raquel Duque, “Estados Frágeis: narrativas e práticas securitárias”, *Segurança e Defesa* nº28, 2014, 47-48.

<sup>26</sup> *Ibid*, 50.

recorrem a meios violentos, forçando a população à adoção de uma identidade considerada (por aqueles) adequada.

O conflito já não se encontra confinado a uma fronteira estatal num período de tempo específico. Uma consequência imediata desta realidade foi a aquisição de uma dimensão global ou regional do conflito. Por outras palavras, as “novas guerras” são caracterizadas pela dispersão da força e tendem a ocorrer em formato de guerrilha, o que faz com que aqueles que poderiam ser considerados adversários mais fracos, em termos de capacidade militar e tecnológica, adquiram uma maior probabilidade ou facilidade em dominar os adversários que seriam considerados mais fortes num campo de batalha convencional – num campo de batalha e num período de tempo específicos onde todas as ameaças convergissem e que resultasse num desfecho definitivo.

De sublinhar que as consequências das “novas guerras” vão além das fronteiras geográficas de cada país, pois incluem fenómenos de migrações – no caso da Síria, a guerra civil que se iniciou em 2011 resultou num fluxo de migrantes e refugiados de cerca de 4,8 milhões de pessoas para fora do país e na deslocação interna de 6,6 milhões de pessoas<sup>27</sup> – e o aumento das redes criminosas – ligadas ao tráfico de seres humanos, de droga, de armas, entre outros.

Enquanto que as “guerras antigas”, como Kaldor as intitulou, visavam a vitória, as “novas guerras” tendem a persistir enquanto ambos os lados tiverem ganhos, de alguma forma (política e economicamente), com a violência. A guerra deixou de ser uma contestação política e começou a ser vista como uma condição social<sup>28</sup>, é um sistema

---

<sup>27</sup> Francis Fukuyama, *Identities – a existência de dignidade e a política do ressentimento*, traduzido por Miguel Freitas da Costa (Alfragide: Dom Quixote, 2021), 97-98.

<sup>28</sup> Mary Kaldor, “War as a social condition”, *Youtube*, 2017. [https://www.youtube.com/watch?v=a8PKW\\_Astc](https://www.youtube.com/watch?v=a8PKW_Astc).

social que beneficia com o conflito e a desordem, e por isso que a guerra é perpetuada pelos atores que nela participam enquanto dela beneficiarem.

Durante a primeira década do século XXI, a política mundial mudou por completo. As novas forças dinâmicas que estão a moldar a política mundial começaram a ser cada vez mais caracterizadas pelas políticas identitárias e por partidos nacionalistas e por partidos religiosos<sup>29</sup>. Tal é derivado dos sucessivos processos de decomposição dos impérios do século XX, que levaram à formação de 100 novos Estados independentes em todos os continentes desde 1945<sup>30</sup>. A expansão do sistema internacional aumentou extraordinariamente a complexidades dos Estados, bem como a sua diversidade e, por outro, confirmou também o seu estatuto central<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Fukuyama, *Identities*, 97-98.

<sup>30</sup> Gaspar, *O Pós-Guerra Fria*, 71.

<sup>31</sup> Tornou-se mais heterogéneo na dimensão cultural e mais homogéneo na dimensão política. *Ibid.*

## 1.2) Críticas ao conceito de “novas guerras”

O ponto central para os críticos das “novas guerras” não é o facto de a violência do século XXI ser diferente da das guerras do século XX, mas sim o termo “novo”.

Foi a partir dos anos 1990 que as guerras intraestado passaram a estar no centro da atenção política e também dos investigadores, como Mary Kaldor, que tentaram compreender as alterações na guerra. Independentemente das diferentes definições que cada autor desenvolveu no estudo da guerra do século XXI, todos concordam que muitas guerras que ocorreram ou que estão a ocorrer desde o final do século XX até à atualidade não se enquadram nas classificações e explicações que são, convencionalmente, aplicadas nos estudos de guerra.

Segundo Chojnacki, o conceito de “novas guerras” acarreta consigo dois problemas centrais. O primeiro é a vagueza do termo, pois como é possível denominar a uma guerra como “nova” quando muitas das suas características já se encontravam presentes em várias “guerras antigas”? Aqui é essencial ter em consideração que o predomínio das guerras intraestatais não é um fenómeno novo, ao contrário do que muitos autores defensores da tese das “novas guerras” afirmam, e que, para além disso, segundo os dados do projeto “Correlates of War”<sup>32</sup>, desde 1816 que as guerras intraestatais são dominantes no mundo, sendo que o único período em que ocorreram mais guerras interestatais foi, essencialmente, durante a primeira metade do século XX. O segundo problema é a tendência de sobrevalorizar a transformação de guerra devido à falta de verificação empírica. Chojnacki acredita que não existem dados empíricos suficientes que sustentem a credibilidade do termo “novo” nas “novas guerras” e afirma ainda que o termo “novo”

---

<sup>32</sup> Análise das guerras interestatais, intraestatais e extraestatais, tendo como base os seus protagonistas e status político. Errol Henderson e J. David Singer, “‘New Wars’ and rumors of ‘new wars’”, *World Politics* vol 54 n° 1, 1 de outubro 2001, 178.

sugere que as guerras podem ser classificadas como “velhas” ou “novas” e delimitadas no tempo, o que é metodologicamente problemático porque esse critério de identificação da guerra, aos olhos do autor, é totalmente arbitrário e difícil de conciliar com os restantes estudos realizados até à data acerca da teoria de conflitos, reforçando que os casos empíricos apresentados pelos defensores das “novas guerras” podem ilustrar hipóteses específicas, como a alteração dos atores de guerra, mas as suas evidências não são sólidas e não permitem a identificação de tendências globais ou de mecanismos causais centrais das guerras atuais.

Chojnacki, Kalyvas, Newman, Henderson e Singer, afirmam que as guerras que dizem ser novas não passam de uma mistura de características de vários tipos de “guerras antigas” e que a guerra não mudou fundamentalmente no que toca ao seu propósito, aos seus atores e na sua forma de prossecução. A guerra subversiva é um exemplo de uma guerra que está presente na história desde sempre, e que possui muitas das características das “novas guerras”. É uma guerra que também envolve atores estatais e não-estatais, cujo financiamento também não provém das receitas do Estado e que utiliza táticas não-convencionais de guerra, como ações terroristas e técnicas de guerrilha.

Note-se ainda a visão do Tenente-coronel de Infantaria Luís Barroso, que defende que “o que se observa é a utilização da aproximação indireta, a essência da arte da guerra de Sun Tzu como a estratégia mais adequada para vencer um adversário teoricamente mais forte” (Barroso, 2012). O primeiro elemento da aproximação indireta é o conhecimento do inimigo, isto é, quem é, quais são os seus pontos fortes e as suas fraquezas, assim como

aquilo que o motiva, uma vez que é através destas respostas que se conseguirá determinar mais facilmente os objetivos do inimigo, facilitando a conceção de estratégias eficazes<sup>33</sup>.

O Tenente-coronel Barroso acredita que os Treze Princípios de Sun Tzu são intemporais e que são uma referência obrigatória para compreender a guerra na atualidade. Ademais, faz ainda uma referência ao modelo de Clausewitz, enfatizando a famosa conceção trinitária da guerra, “que consiste na relação entre a violência, o jogo das probabilidades e do acaso, e a finalidade racional” (Barroso, 2012). A guerra é como um camaleão, segundo Clausewitz, e pode assumir várias formas, logo tanto um Estado, como um movimento revolucionário, um senhor da guerra ou um grupo terrorista podem estar sujeitas à conceção trinitária<sup>34</sup>.

Ao longo da história militar encontra-se uma tendência para a mudança doutrinal de aplicação dos exércitos clássicos, sendo essa a evolução da teoria de guerra que veio criar o ambiente para o desenvolvimento de táticas aplicadas pela guerrilha. Na segunda metade do século XVIII abriu-se caminho para uma nova aplicação das forças, dando-se início ao privilégio da dispersão de forças, que dura até aos nossos dias, assim como a iniciativa de batalha por parte do general, bem como os combates de confronto frequentes, ao invés de grandes batalhas decisivas tendo em vista o enfraquecimento do inimigo<sup>35</sup>.

Existem duas formas de desenrolar uma ação armada, isto é, uma guerra, segundo Felipe Pathé Duarte. A primeira é designada por guerra convencional que, como acima já foi referido, cuja maioria respeita um critério estrito vestefaliano de Estado, onde são empregues táticas e forças militares. A segunda é denominada como guerra não-

---

<sup>33</sup> Barroso, “Novas guerras”, 23.

<sup>34</sup> Ibid, 24.

<sup>35</sup> Pedro Nuno Antunes Ferreira, “Thomas Edward Lawrence: Contributos para o estudo da subversão” (PhD, Universidade Católica Portuguesa, 2019), 17-31.

convencional ou irregular, que difere pela utilização de táticas não-convencionais de guerra no combate<sup>36</sup>.

Tendo em consideração a guerra subversiva, identificam-se como características principais “a importância que a população tem para aquela, bem como a influência externa, a convicção ideológica, o terreno favorável, a existência de chefes, a disciplina e a complexidade”<sup>37</sup>. A subversão armada não deixa de ser uma guerra, uma vez que continua a ser um confronto organizado entre grupos políticos, com uma regularidade temporal num território fixo; é subversiva apenas por procurar a destituição do sistema político e social através da erosão do poder formal<sup>38</sup> por grupos que recorrem a formas extra-legais para lutar pelo poder<sup>39</sup>.

Como é possível notar, as características da guerra subversiva são muito semelhantes às características das “novas guerras” e, por isso, consideramos importante aprofundar o conceito de guerra subversiva para um melhor entendimento da pertinência das “novas guerras” na história da guerra.

A guerra subversiva subsiste desde que o homem tem consciência política e vontade de modificação e de tomada da ordem vigente de forma violenta, mas sem a capacidade de o fazer de forma simétrica<sup>40</sup>. A guerra subversiva encontra-se dentro da categoria de guerra interna, desenrolando-se necessariamente dentro de um Estado/unidade política, englobando uma participação ativa de uma grande parte da população – pode, contudo, adquirir uma dimensão internacional através do apoio direto ou indireto de atores

---

<sup>36</sup> Duarte, “O Jihadismo Global”, 58.

<sup>37</sup> Leonel Lopes Gomes, “Subversão: da paz para a guerra”, *Boletim da Escola Prática de Administração Militar* n°14, abril de 2001, 84-85.

<sup>38</sup> Duarte, “O Jihadismo Global”, 60.

<sup>39</sup> Abel Cabral Couto, “Elementos de Estratégia” vol 11, *IAEM*, Lisboa, 1989, 211-212.

<sup>40</sup> Duarte, “O Jihadismo Global”, 60.

externos. Tem como meio a violência armada, com o objetivo de desgastar, corroer e restringir a capacidade de reação das forças inimigas. As suas táticas são de cariz não-convencional devido à desigualdade de poder entre as partes beligerantes<sup>41</sup>, como por exemplo ações terroristas ou de guerrilha –o atentado político, o golpe de estado militar, o terrorismo, a guerra de guerrilha ou a insurgência são táticas utilizadas na subversão armada. Por último, tem como objetivo a conquista ou a alteração da ordem e do poder vigentes<sup>42</sup>.

O modo de atuação da subversão armada depende, portanto, de quatro variáveis: (1) controlo do espaço, que irá permitir ao combatente escolher onde e quando confrontar o adversário; (2) a conquista do apoio popular, que permitirá, também, a (3) manutenção de legitimidade da luta – a população é essencial nesta forma de guerra irregular, uma vez que apenas subsiste com a vontade do povo – uma ação sem justificação moral ou sem um fim político que alimente e explore os ressentimentos da população rapidamente perde o apoio popular e, conseqüentemente, a sua legitimidade – e (4) o tempo, uma vez que a preparação com antecedência permitirá às forças subversivas a organização necessária para o desgaste do inimigo, e para poderem construir a força convencional que lhes permita o controlo do Estado que pretendem tomar<sup>43</sup>.

Foi após a Segunda Guerra Mundial que se começou a denotar um aumento da presença e da relevância dos processos subversivos<sup>44</sup>. Estes estão aliados à subversão armada. Começam na clandestinidade sem manifestar a ação subversiva – verifica-se a preparação e a agitação do movimento, sendo estes dois fatores muito importantes neste

---

<sup>41</sup> “O domínio político efetivo, o controlo de grande parte do território e das principais instituições estatais, como as forças armadas e de segurança, concede ao poder formal uma superioridade militar e diplomática que o perpetrador da subversão armada não tem”. Duarte, “O Jihadismo Global”, 61.

<sup>42</sup> Ibid, 61-62.

<sup>43</sup> Ibid, 63-66.

<sup>44</sup> Ferreira, “Contributos para o estudo da subversão”,90.

processo. Mais tarde, e com o intensificar das ações políticas, a ação subversiva a começa-se a manifestar<sup>45</sup>.

As guerras estão, de facto, em constante transformação. Existem claras alterações qualitativas e quantitativas na guerra. No entanto, para os críticos da tese das “novas guerras”, esse reconhecimento não deve desviar a nossa atenção para as semelhanças e diferenças entre várias classes de guerra distintas e sugerir uma nova perspectiva para a análise de guerra sem uma base de dados empírica concisa. Os investigadores estão de facto empenhados na compreensão da dinâmica dos conflitos e todos concordam com a evolução da guerra. Apesar de o termo “novo” gerar desacordo, consideramos que representa um argumento válido para a análise em Relações Internacionais. Assim, e recorrendo à justificação de Mary Kaldor, o termo “novo” é utilizado tendo em vista a procura de uma base para a nova metodologia de pesquisa. Ou seja, Kaldor não tentou categorizar as “novas guerras” como guerras totalmente distintas das guerras convencionais ou de outras formas de guerra que já existem desde há muitos séculos, como a guerra subversiva, mas antes demonstrar que estas são guerras com a sua própria lógica e que, como tal, ditam uma estratégia distinta e, conseqüentemente, uma política de resposta diferente.

---

<sup>45</sup> Gomes, “Subversão”, 85.

## 2) Terrorismo

O presente capítulo pretende fazer uma análise do termo terrorismo e, para tal, será analisada a sua definição numa primeira parte. De seguida, pretender-se-á compreender a diferença entre o terrorismo velho e o terrorismo novo, uma vez que vários investigadores afirmam que desde meados da década de 90 do século XX o terrorismo se tem alterado para uma forma com novas características – em termos da sua natureza, inspiração e adesão, nos métodos utilizados e no alvo. Por fim, este capítulo examinará argumentos para compreender se o terrorismo poderá ou não ser entendido como uma “nova guerra”.

Os ataques que ocorreram nos Estados Unidos em 2001 promoveram substancialmente o estudo sobre o terrorismo, que não era um fenómeno novo, mas apresentou elementos incomuns à época e mereciam análise. O terrorismo é violência política e é uma forma de insurgência, que se caracteriza numa “ação de um grupo minoritário dentro de um Estado com a intenção de forçar uma mudança política recorrendo a uma mistura de subversão, propaganda e pressão militar, pretendendo persuadir ou intimidar a maioria da população a aceitar essa mudança” (Mackinlay, 2002). Para alguns autores, é uma revolta por parte dos cidadãos, direcionada para o Estado, com o intuito de o derrubar ou de concretizar as reformas que os rebeldes considerem necessárias, ou direcionada contra os próprios cidadãos<sup>46</sup>. Utiliza diversas táticas de agressão, como o recurso a carros-bomba, colocação de explosivos em edifícios e infraestruturas críticas, assassinatos com arma branca ou arma de fogo, barricadas com reféns, raptos, entre outros<sup>47</sup>. Os seus alvos são os oponentes políticos que podem variar entre autoridades políticas, autoridades policiais ou judiciais) – caso do IRA (Exército Republicano Irlandês), grupo terrorista irlandês –

---

<sup>46</sup> Gerard Chaliand e Arnaud Blin, *História do Terrorismo – da Antiguidade à Alcaida* (ODETE: 2017), 13-14.

<sup>47</sup> Antunes Ferreira, *O novo terrorismo*, 27-28.

símbolos do Estado (como por exemplo embaixadas, parlamentos, ministérios, entre outros) e o público em geral – os referidos ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001, ou em Paris em 2015.

O IRA ambicionava a independência da Irlanda do Norte da autoridade britânica e a unificação da Irlanda como uma república, mas a luta pela independência começou em 1791, com outros grupos revolucionários, como a Sociedade dos Irlandeses Unidos. O IRA pretendia alcançar uma reforma política que resultasse na representação parlamentar legítima, alegando que tal não existia na época. Porém, tornou-se num grupo secreto e revolucionário republicano devido à repressão por parte do governo britânico, o que teve como consequência o início da defesa da independência irlandesa e a sua transformação numa república<sup>48</sup>. É possível, assim, notar que existe desde cedo o desejo pela independência da Irlanda e pela instauração de uma República no território irlandês.

O grupo terrorista IRA, fundado em 1919, adotou táticas de guerrilha, os seus alvos eram, essencialmente, funcionários ingleses do serviço de informações e das forças de segurança, ou seja, os alvos eram selecionados pela sua relação com o aparelho do Estado e como método de ataque eram realizadas emboscadas<sup>49</sup>.

Relativamente aos atentados conhecidos como “11 de setembro”, importa referir que o método de ataque do grupo terrorista al-Qaeda (grupo fundamentalista islâmico) consistiu no sequestro de quatro aviões foram sequestrados com o objetivo de serem despenhados contra diferentes edifícios com valor simbólico, nomeadamente o *World Trade Center*, o Pentágono e também a Casa Branca – tendo os dois primeiros locais sido alvos efetivos do ataque.

---

<sup>48</sup> Filipe de Figueiredo Santos Reis, “Identidade nacionalista e o IRA: a ascensão e a pacificação do grupo e a compreensão do terrorismo”, *Fronteira*, 2018, 129.

<sup>49</sup> *Ibid*, 131.

## 2.1) Definição de terrorismo

O terrorismo é um fenómeno bastante difícil de definir e verifica-se um conjunto significativo de alterações nas técnicas e nas táticas de atuação ao longo de séculos<sup>50</sup>. É importante recordar autores como Peter R. Neumann e Anthony Giddens que distinguiram o terrorismo antigo do terrorismo novo, para uma melhor compreensão do terrorismo do século XX. As premissas (alvos, métodos e táticas) do terrorismo antigo alteraram-se, o que torna de grande relevância para o presente capítulo compreendê-las e compará-las.

O conceito terrorismo surgiu no período da Revolução Francesa, denominado de “Terreur”<sup>51</sup>. A palavra terrorismo foi usada nessa época como forma de designar o período opressivo que se fez sentir e designava um regime de terror que foi aplicado como uma forma de restabelecer a ordem num período de anarquia após a Revolução Francesa. O terror era visto como um instrumento legal de governação, uma vez que atemorizava os opositores do regime estabelecido, inibindo qualquer forma de contrarrevolução<sup>52</sup>.

Há uma grande variedade de possíveis definições de terrorismo e muitas delas partilham alguns elementos: o uso ou ameaça de uso da força, violência política, medo, os efeitos psicológicos e as reações antecipadas, o facto de ser uma ação intencional e planeada e o método de combate, assim como a sua estratégia e táticas utilizadas<sup>53</sup>. Para além da compreensão destes elementos, é também importante o contexto em que o terrorismo opera, designadamente os fatores histórico, social, económico, étnico e até

---

<sup>50</sup> Antunes Ferreira, *O novo terrorismo*, 22.

<sup>51</sup> Raquel Duque, “Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades de forma de violência”, em *Segurança Contemporânea*, editado por Raquel Duque, Diogo Noivo e Teresa de Almeida e Silva (Lisboa: Pactor, 2016), 133-134.

<sup>52</sup> Antunes Ferreira, *O novo terrorismo*, 30-31.

<sup>53</sup> *Ibid*, 23.

psicológico, uma vez que só assim será possível encontrar uma definição concreta de terrorismo.

Louise Richardson na sua obra *“Understanding the enemy, containing the threat: what terrorists want”*, afirma que o terrorismo possui seis características cruciais: (1) Um ato terrorista é inspirado politicamente e que se não for, não passa de um crime, (2) a necessidade de envolver a ameaça ou uso de violência; (3) o objetivo não é a derrota da autoridade que o grupo combate, mas sim a divulgação das suas mensagens; (4) o terrorismo não é um ato de Estados, mas sim de subgrupos de Estado; (5) as vítimas que os terroristas pretendem atingir não são as mesmas, que são escolhidas ao acaso; e (6) o alvo dos terroristas é a população por ser vista como responsável pelos atos do seu governo pelos impostos que pagam<sup>54</sup>.

Face ao exposto, terrorismo pode ser definido como “o uso ilegal de força ou violência contra as pessoas ou propriedade para intimidar ou coagir um governo, a população ou qualquer segmento do mesmo, como promoção de objetivos políticos e sociais”<sup>55</sup>; como uma “estratégia de violência designada para promover resultados desejados ao instalar o medo no público em geral”<sup>56</sup>; ou como “a utilização da força ou ameaça do uso da força designada para trazer mudanças políticas”<sup>57</sup>. Apesar de distintas, todas têm um ponto em comum: o terrorismo é o uso da força como meio de alcançar mudanças sociais e políticas<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> Louise Richardson, *“Understanding the enemy, containing the threat: what terrorists want”* (Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks, 2006), 4-6.

<sup>55</sup> David J Whittaker, *The Terrorism Reader* (Nova Iorque: Routledge, 2001), 5.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> Ibid.

O terrorismo é visto como uma estratégia e não como um fim e as táticas utilizadas dependem do objetivo que o grupo pretende alcançar, assim como do contexto específico em que os mesmos se encontram<sup>59</sup>.

A história atesta o quão presente está o terrorismo na nossa sociedade desde há dois séculos e demonstra, também, as alterações que foram acontecendo<sup>60 e 61</sup>.

Desde o seu início que o terrorismo moderno passou, segundo David C. Rapoport, por quatro vagas distintas em que se deu a alteração não só do seu catalisador, como também dos seus objetivos, dos seus alvos e das suas táticas. Note-se que uma vaga é caracterizada como um ciclo de atividade definido por fases de expansão e contração num determinado período de tempo e é, por definição, um evento internacional<sup>62</sup>.

Importa, assim, compreender em que consistem as vagas. São compostas por variadas organizações que, por norma, extinguem-se antes da vaga a que estão associadas. A vaga retém energia suficiente para dar continuidade ao seu ciclo de vida, porém, quando essa energia deixa de conseguir inspirar à criação de novas gerações nas organizações, a vaga desaparece<sup>63</sup>.

O aparecimento do terrorismo moderno pode situar-se no final do século XIX com as atividades terroristas anarquistas. O grupo Narodnaya Volya<sup>64</sup> [Vontade do Povo] foi o primeiro movimento de terror, que emergiu em 1879 e que provocou extrema violência na Rússia durante cerca de quarenta anos com o objetivo de alcançar uma transformação

---

<sup>59</sup> David C. Rapoport, “Sept 11 and the history of terrorism”, *Journal of Terrorism and Political Violence*, janeiro 2002, 1.

<sup>60</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 51.

<sup>61</sup> As presentes modificações serão analisadas através das quatro ondas do terrorismo moderno.

<sup>62</sup> O seu caráter internacional é uma característica fundamental da onda: atividades semelhantes acontecem em vários países que são conduzidas por uma energia predominante comum e que molda as características dos grupos participantes, assim como as suas relações. Rapoport, “The four waves of modern terrorism”<sup>47</sup>.

<sup>63</sup> *Ibid*, 48.

<sup>64</sup> Os membros pertencentes a este movimento intitulavam-se de terroristas e não de guerrilheiros precisamente porque os seus alvos não eram militares, mas sim políticos. Rapoport, “Sept 11”, 2.

radical na sociedade russa. O grupo via o terrorismo como uma necessidade temporária para adquirir a consciencialização da população para com o objetivo que se pretendia alcançar; a seleção das vítimas, que eram essencialmente grandes figuras estatais, era feita por motivos simbólicos, isto é, para a obtenção de efeitos emocionais e políticos que as baixas pudessem produzir<sup>65</sup>.

A primeira vaga do terrorismo moderno foi caracterizada como a “vaga anarquista”, começou em 1880 e extinguiu-se em 1910. Apesar de uma vaga ser, por definição, um evento internacional, esta foi iniciada por uma situação política nacional; neste caso foi impulsionada pelo incumprimento das promessas feitas pelo Czar Alexandre II de uma série de reformas (como a abolição da pena de morte e da servidão) que colocariam a Rússia mais perto dos padrões ocidentais. O terror foi pensado como sendo o meio mais rápido de derrubar o regime czarista e de reconstituir a política russa, acreditando também os terroristas que mesmo que os seus atos fossem considerados imorais, mais tarde, seriam vistos pelas gerações futuras como condutas nobres, como esforços de libertação humana<sup>66</sup>. Foi com este pensamento que os perpetradores se conseguiram libertar de um potencial sentimento de culpa pelos seus atos<sup>67</sup>.

Apesar de a primeira vaga do terrorismo moderno ter tido origem na Rússia, rapidamente se alastrou para a Europa, Ásia e para a região dos Balcãs devido aos esforços de propagação das suas táticas e objetivos através de formação e treino de outras organizações, tendo sido o desenvolvimento na tecnologia dos transportes que permitiu aos rebeldes deslocarem-se para outros territórios com relativa facilidade.

---

<sup>65</sup> Ibid, 2.

<sup>66</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 50.

<sup>67</sup> “On January 24, 1878, Vera Zasulich wounded a Russian police commander who abused political prisoners. Throwing her weapon to the floor, she proclaimed that she was a ‘terrorist, not a killer’”. Ibid, 50.

Em suma, o catalisador da primeira vaga resultou do declínio da legitimidade monárquica e, também, do lento processo de reformas políticas. A sua tática consistia em campanhas de assassinato a membros importantes do Estado e a ataques com dinamite<sup>68</sup>; o financiamento era adquirido através de assaltos a bancos<sup>69</sup> e o seu objetivo final era eliminar a opressão por parte do governo.

A segunda vaga do terrorismo moderno foi denominada como a “vaga anticolonial” (1920-1960) e foi despoletada pelo Tratado de Versalhes<sup>70</sup>. Os países vencedores da Primeira Guerra Mundial aplicaram o princípio da autodeterminação nacional com o objetivo de dissolverem os impérios dos Estados vencidos, ajudando os territórios europeus vencidos a alcançar a sua independência. No entanto, os Estados vencidos não europeus acabaram por ser ocupados pelas potências vencedoras, que clamavam que estes não estavam aptos para a aquisição de independência. Com esta administração europeia imposta e o descontentamento associado tiveram lugar campanhas de terror, iniciadas por grupos nacionalistas. As campanhas foram travadas em territórios cujas populações se encontravam divididas relativamente à forma como queriam ser governadas<sup>71 e 72</sup>.

Com a nova vaga surgiram novas táticas, objetivos e alvos. As novas organizações terroristas acreditavam que eliminar oficiais do governo, como foi praticado na primeira vaga, não teria a eficácia desejada, portanto, desenvolveram um sistema mais complexo ao expandirem os seus alvos à polícia e suas famílias, que consideravam como “os olhos e ouvidos do Estado”. Esta nova tática tornou imperativa uma boa organização dos seus ataques. Pensavam que a nova tática de expansão dos seus alvos resultaria na substituição

---

<sup>68</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 51.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> Ibid, 52.

<sup>71</sup> Foi esta indecisão entre as populações locais que tornou a retirada das potências europeias dos seus territórios numa opção com menos benefícios do que a aquisição de independência. Ibid, 53.

<sup>72</sup> Sublinhe-se o exemplo da Irlanda do Norte em que a maioria da sua população queria continuar sob a autoridade britânica e a pertencer ao Reino Unido. Ibid.

da polícia pelo Exército e que este acabaria por praticar a violência contra a população em geral, gerando, desta forma, reação da população contra o Estado e um maior apoio social para com os objetivos das suas organizações<sup>73</sup>.

Nesta vaga, os perpetradores do terror viam-se como lutadores pela liberdade (“freedom fighter”), pelo que as suas lutas tinham, na sua ótica, uma maior legitimidade do que as dos anarquistas na primeira onda<sup>74</sup>. Foi devido a esta nova linguagem que as comunidades na diáspora foram mais ativas. O modo de financiamento das organizações terroristas na onda anticolonial era constituído pelas ajudas monetárias de populações na diáspora que simpatizavam e apoiavam os seus objetivos.

A vaga anticolonial começou a perder força com a desintegração dos impérios que ainda subsistiam até ao final da Segunda Guerra Mundial, isto é, quando todos os territórios que tinham sido anexados pelas potências europeias no final da Primeira Guerra Mundial conseguiram obter a independência do seu território<sup>75</sup>. Acabou por extinguir-se em 1960.

Com o final da segunda vaga surgiu uma terceira, que foi intitulada como a “vaga da nova esquerda”, tendo sido a Guerra do Vietname o principal evento político a estimular o seu aparecimento<sup>76</sup>. As organizações terroristas da terceira vaga tinham como objetivo derrubar o sistema capitalista que estava em expansão no mundo. Como tal, os grupos terroristas focaram-se nos ideais da revolução marxista socialista para a obtenção do seu objetivo, tendo sido as tropas vietnamitas, que lutavam contra os soldados americanos,

---

<sup>73</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 54.

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> Ibid, 56.

que inspiraram os grupos rebeldes por todo o mundo, pois expuseram a vulnerabilidade de uma potência mundial<sup>77</sup>.

As organizações terroristas levaram a cabo ataques tanto no território de onde eram originárias, procurando atingir alvos com relevância internacional, como embaixadas ou altos membros que se encontrassem de passagem nos seus territórios, como em território estrangeiro, sendo o ataque que ocorreu nos Jogos Olímpicos em Munique em 1972 um bom exemplo, pois foi realizado por terroristas palestinos em território alemão, num evento de relevância internacional e com elevada cobertura mediática.

Nesta terceira vaga também foram adotadas novas táticas – raptos, sequestros e crises de reféns – tendo provocado cerca de 409 incidentes internacionais, que geraram um total de 951 reféns entre 1968 e 1982<sup>78</sup>. Os alvos voltaram a ser políticos, substituindo os alvos militares e policiais da segunda vaga. Contudo, se durante a primeira vaga um indivíduo era considerado como um alvo por ter um lugar importante no Estado opressor, na terceira vaga os alvos eram selecionados como forma de castigo. Recorde-se o atentado contra Margaret Thatcher, que ocorreu porque, enquanto Primeira-Ministra, Thatcher era vista como “responsável” pela morte de nove grevistas de fome do IRA, que se recusavam a ser tratados como prisioneiros comuns<sup>79</sup>.

A última vaga do terrorismo moderno, segundo Rapoport, teve início nos anos 1980 e estamos ainda a vivenciá-la. É designada como “religiosa” e foi impulsionada por três elementos: i) a revolução iraniana – que encontrou formas de exportar a sua revolução e foi uma fonte de inspiração para a atividade terrorista em vários Estados vizinhos de maioria muçulmana, como o Iraque e o Líbano – ii) pelo novo século islâmico – há uma

---

<sup>77</sup> Os grupos rebeldes, ao aperceberem-se dessa vulnerabilidade, começaram a acreditar na possibilidade de mudar o sistema internacional, obtendo, desta forma, o seu objetivo – derrubar o sistema capitalista. Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 56.

<sup>78</sup> Ibid, 57.

<sup>79</sup> Ibid.

tradição islâmica que afirma que um salvador aparecerá no início de um novo século e essa expectativa causa regularmente revoltas no período de mudança para um novo século – e iii) pela invasão soviética do Afeganistão – resultou na mobilização das forças muçulmanas de variadas nações como forma de fortalecimento da sua resistência e de promoção de uma guerra santa contra os infiéis. A vaga religiosa possui uma propriedade única e uma força que não tem precedentes<sup>80</sup>. Estes eventos provaram, na ótica das organizações terroristas, que a religião tinha a capacidade e a força de eliminar o poder instalado, inclusive uma superpotência secular, e a vaga religiosa começou como consequência desta nova esperança de que seriam capazes de derrubar todos os infiéis no mundo.

A “revolução” enquanto forma de protesto contra o Estado, ou as políticas seguidas, que esteve no cerne do fenómeno do terrorismo, pois representava o objetivo mais importante de cada onda. No entanto, deve-se sublinhar o facto de que os elementos religiosos foram, desde sempre, importantes no terrorismo moderno devido à coincidência que costumava existir entre as identidades étnicas e religiosas<sup>81</sup>.

O Islão está no coração da quarta vaga e tem conduzido os mais mortíferos, significantes e profundos ataques internacionais. É o maior influenciador do terrorismo em várias partes do mundo atualmente, em consequência dos sucessos atingidos em ataques – como os atentados em Nova Iorque em 1993 e, mais tarde, em 2001, ambos contra as Twin Towers<sup>82</sup>.

A nova vaga, tal como todas as outras, possui novas táticas, alvos e objetivos a atingir. As organizações terroristas readotaram a figura do mártir, elemento existente na primeira

---

<sup>80</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 61.

<sup>81</sup> A luta irlandesa é um exemplo de como os elementos religiosos nunca deixaram de estar presentes no fenómeno do terror, apesar de um dos seus objetivos na altura ser a criação de um Estado secular. Ibid, 61.

<sup>82</sup> Ibid.

onda, juntamente com os bombistas suicidas – a tática mais mortal de todas, presente na primeira vaga – e começaram a utilizar viaturas e aeronaves como armas<sup>83</sup>, sendo os ataques que ocorreram a 11 de setembro de 2001 um exemplo da utilização do transporte aéreo como uma arma extremamente mortífera. As organizações terroristas da quarta vaga têm como objetivo a criação de um Califado islâmico global, uma vez que se opõem por completo ao regime democrático, bem como ao regime autoritário secular em países de maioria muçulmana e acreditam que os governos seculares têm sido, ao longo dos anos, corrompidos pela influência ocidental, ameaçando, assim, as tradições islâmicas<sup>84</sup>. Este é o motivo pelo qual o Estado Islâmico e os outros grupos terroristas direcionam uma retórica extremada contra os Estados Unidos e países ocidentais, pretendendo eliminar o modo de vida ocidental, que vai contra a *sharia*<sup>85</sup>.

Alguns grupos extremistas acreditam, portanto, que se encontram numa luta contínua de poder entre o “bem” – o Estado Islâmico – e o “mal” – o mundo ocidental. Pretendem eliminar e substituir o sistema de Estados pós-Vestefaliano pelo Califado, livre das influências ocidentais seculares que vão contra o seu modo de vida e fazem-no através de violência contra alvos civis. Conseguem desumanizar as suas vítimas ao acreditar que aqueles que não seguem a sua religião são infiéis, assim como os muçulmanos que renunciam às suas práticas, e merecem o castigo divino, o que torna mais fácil o ataque e coloca menos restrições ao seu comportamento; há uma despreocupação com as reações humanas, procurando apenas continuar com o seu dever, acreditando que irão obter o perdão divino por estarem a lutar contra o “diabo”<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> Rapoport, “The four waves of modern terrorism”, 62.

<sup>84</sup> Ibid, 61-65.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Audrey Kurth Cronin, “Behind the Curve: Globalization and International Terrorism”, *International Security* 27 n°3, 2002-2003, 41.

O terrorismo religioso tem como alvo principal as populações e isto deriva do seu desejo de causar o maior terror e medo possível entre elas. Ademais, tal como Louise Richardson afirmou, os terroristas veem as populações como responsáveis dos atos dos seus governos pelos impostos que pagam; por outras palavras, são responsáveis pelos seus atos pelo apoio financeiro que lhes proporcionam<sup>87</sup>.

No entanto, tal não significa que o terrorismo esteja intrinsecamente ligado à democracia, pelo contrário, sendo que a exploração do terror como forma de obter um determinado fim ou objetivo é mais antiga do que o Estado democrático moderno.<sup>88</sup>

“Das primeiras manifestações da técnica terrorista é o que uma vez foi chamado de “tiranocídio” [...] Tradicionalmente, o ataque contra o tirano foi executado em nome da justiça. [...] foi a forma de terrorismo da era pré-moderna mais difundida. A organização mais temível daquele período, atuando em nome da pureza ideológica, foi a seita Assassino, ativa nos séculos XIII e XIV.”<sup>89</sup>

O terrorismo é, por tudo o que foi analisado neste trabalho, um conceito difícil de definir. Como foi possível notar, o seu significado tem-se vindo a alterar frequentemente<sup>90</sup>. Após o final da Segunda Guerra Mundial, e em cenários de lutas de independência e processos de descolonização, o terrorismo era visto como um ato revolucionário e a partir de 1970, o terrorismo passou a ser uma tática de grupos separatistas nacionalistas fora das estruturas coloniais. Um ato terrorista é sempre um ato político, mas haverá sempre uma parte da população que se pode identificar com as razões invocadas pelos terroristas e até desculpabilizar as ações violentas empreendidas.

O terrorismo é um fenómeno político e, acima de tudo, um instrumento ou tática para a obtenção dos objetivos [políticos, sociais, religiosos] de quem o pratica. Existe num

---

<sup>87</sup> Richardson, *what terrorists want*, 6.

<sup>88</sup> Chaliand e Blin, *História do Terrorismo*, 8.

<sup>89</sup> Ibid, 8.

<sup>90</sup> Duque, “Terrorismo”, 131-132.

determinado contexto cultural e histórico, por isso, a ausência de continuidade entre gerações de terroristas, habitualmente, implica a rutura de sinais com o passado.

“Durante três décadas, as atividades dos movimentos terroristas estavam intimamente ligadas à ideologia marxista; os grupos terroristas marxistas estão hoje em minoria, durante as décadas de 70 e 80 predominaram. O mesmo se aplica a toda a história dos movimentos terroristas, adaptada pelo contexto político onde nasceram, viveram e morreram.”<sup>91</sup>.

O ato terrorista é uma arma utilizada por aqueles que pretendem efetuar uma mudança rápida. Segundo Richardson, existem também duas chaves variáveis para a compreensão de todos os grupos terroristas, que são a natureza dos objetivos que estes pretendem alcançar e a sua relação com a comunidade que dizem representar. Note-se que os objetivos dos grupos terroristas dividem-se em duas categorias: temporal – quando os objetivos políticos podem ser alcançados sem o desmantelamento do sistema político – e transformacional – quando a satisfação dos terroristas requer a total destruição do sistema político do respetivo país.

O que motiva os terroristas e o que faz com que um determinado indivíduo se torne num terrorista é o sentimento de pertença a uma comunidade, a sua honra e a glória de batalha, o desejo de vingança e a crença de que o inimigo irá reagir ao seu ato de violência. É a utilização da violência com o intuito de forçar um governo a mudar o rumo das suas ações<sup>92</sup>.

O terrorismo é um crime político, independentemente das alegações que possam ser feitas em nome do fim<sup>93</sup>. É essencial ter em consideração que a violência que é praticada pelo terrorismo pressiona um governo tanto de forma direta – ameaças e ações – como de forma indireta – o medo que é inculcado na população. Os ataques terroristas costumam

---

<sup>91</sup> Chaliand e Blin, *História do Terrorismo*, 6.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> *International Terrorism: the other world war* (Washington: Department of the air force, 1987), 3-4.

ser cuidadosamente planejados, uma vez que objetivam atrair ao máximo a atenção dos média, sendo esse também um dos motivos pelos quais muitos terroristas têm como alvo as populações e não tanto instalações e infraestruturas do Estado, apesar de estas também terem um alto valor simbólico.

O fenómeno terrorista está em constante mudança e, por isso, é importante conhecer a sua história para compreender o terrorismo do século XXI, chamado de terrorismo novo por alguns autores, que será seguidamente analisado.

## 2.2) Terrorismo novo vs. terrorismo velho

Ao longo da história têm ocorrido mudanças na prática da violência do terrorismo que acabam por tornar o terrorismo como um fenómeno, não só político, mas também social. Essas mudanças referem-se às estruturas em que os terroristas estão organizados, aos objetivos e aos meios que utilizam<sup>94</sup>.

No que se refere às estruturas de organização dos grupos terroristas, é essencial ter em consideração que, segundo Neumann, muitos dos grupos terroristas sempre se viram como exércitos regulares envolvidos em lutas legítimas e que representavam uma autoridade também ela legítima aos seus olhos, como é o caso do grupo terrorista IRA. Como tal, e antes da emergência de novos métodos, os grupos terroristas seguiam a estrutura dos exércitos regulares. Porém, compreenderam que as típicas estruturas militares eram inadequadas para organizações que tinham de operar em segredo. Tal resultou na adoção do sistema de célula, um sistema mais flexível que permitiria preservar a hierarquia do grupo, mas torná-lo menos visível para as autoridades<sup>95</sup>.

Note-se ainda uma outra característica que os grupos terroristas antigos tinham, o facto de as suas estruturas girarem em volta de um centro de gravidade físico, ou seja, era de um ponto geográfico específico que os grupos terroristas obtinham a maior parte dos seus recrutas, e era também onde o volume das suas operações eram levadas a cabo e contra cujo governo a sua campanha era direcionada. As estruturas do terrorismo novo, pelo contrário, são mais dispersas, podendo ser descritas enquanto redes e não tanto como organizações, uma vez que as hierarquias formais têm sido substituídas por relações pessoais, de maior proximidade<sup>96</sup>, o que também contribui para outra característica que é

---

<sup>94</sup> Peter R. Neumann, *Old & New Terrorism – late modernity, globalization and the transformation of political violence* (Cambridge: Polity Press, 2009), 15.

<sup>95</sup> Neumann, *Old & New Terrorism*, 17-18.

<sup>96</sup> *Ibid*, 19.

a ausência de regras firmes sobre como as operações são iniciadas ou autorizadas, podendo a decisão de iniciar uma operação recair sobre grupos afiliados que podem, ou não, escolher consultar membros mais antigos da rede<sup>97</sup>.

Uma outra característica do terrorismo novo é a transnacionalidade das organizações terroristas, que não só conseguem ultrapassar fronteiras, como também possibilitam a criação de um novo tipo de espaço social que não tem qualquer ponto de referência permanente geográfico, o que tornou possível o recrutamento “global”, que não se cinge a um país em particular.

Também se podem encontrar alterações nos objetivos e nas ideologias dos grupos terroristas. Durante grande parte do século XX, a maioria dos movimentos radicais sociais e políticos eram marxistas ou nacionalistas e estas ideologias também eram dominantes entre os grupos terroristas existentes – como por exemplo o IRA (grupo terrorista nacionalista irlandês), a ETA (grupo terrorista nacionalista espanhol) e a Fração do Exército Vermelho (grupo terrorista marxista alemão). O desejo pela autodeterminação nacional, segundo Neumann, estava entre as forças políticas mais significantes que acabaram por moldar a história do século XX<sup>98</sup>, uma vez que motivou inúmeros movimentos de libertação nacional e resultou no uso da guerra de guerrilha ou do terrorismo como forma de alcançarem a independência nacional. Foi entre 1980 e 1990 que as questões religiosas voltaram a caracterizar o discurso dos grupos terroristas<sup>99</sup> - recorde-se o papel dos Zelotas judeus no século I no período do Império romano e dos Assassinos no século XIII na Síria.

---

<sup>97</sup> Aqui deve-se ter em consideração que nas redes do terrorismo novo o que existe é uma liderança nominal que fornece inspiração, orientação e justificação à rede. “In most networks, there exists a nominal leadership that provides inspiration, justification and guidance, and is in some way connected to the wider movement.” Neumann, *Old & New Terrorism*, 19-29.

<sup>98</sup> *Ibid*, 22

<sup>99</sup> *Ibid*, 23-25.

Por fim, é importante analisar, também, as diferenças que se fazem notar nos métodos utilizado pelos grupos terroristas. O terrorismo antigo também vitimava civis e, ocasionalmente, as suas operações também tinham como objetivo produzir um elevado número de baixas. Porém, as mortes causadas eram secundárias aos efeitos comunicativos que podiam ser [e eram] alcançados através de um ato particular de violência. Na era do terrorismo novo, por sua vez, os grupos terroristas optaram pelo uso de violência excessiva e pelos ataques em massa contra as populações<sup>100</sup> – um exemplo foi o conjunto de atentados que ocorreram nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, que vitimizaram 2996 pessoas.

Em suma, as diferenças entre o terrorismo novo e o terrorismo antigo podem ser sintetizadas e compreendidas segundo a seguinte tabela:

	<i><b>Terrorismo antigo</b></i>	<i><b>Terrorismo novo</b></i>
<i><b>Estrutura</b></i>	Hierárquica; sistema de células dentro de uma organização	Constituída por redes com alcance e orientação internacional
<i><b>Objetivos</b></i>	Objetivos nacionalistas ou marxistas	Inspiração religiosa
<i><b>Métodos</b></i>	Oponentes políticos e símbolos do Estado	Ataques em massa contra as populações e uso de violência excessiva

Fonte: Peter Neumann, *Old & New Terrorism: Late Modernity, Globalization and the Transformation of Political Violence* (Cambridge: Polity Press, 2009, 29. Traduzido pela autora da presente dissertação.

<sup>100</sup> Neumann, *Old & New Terrorism*, 25-28.

Tendo em vista um melhor entendimento destas três variáveis de mudança no terrorismo, far-se-á uma comparação entre dois grupos terroristas, um do dito terrorismo velho, o IRA e outro do novo, o ISIS<sup>101</sup>.

O IRA foi fundado em 1969, justamente quando o conflito de longa duração entre as forças nacionalistas irlandesas e as forças unionistas britânicas reacendeu. O grupo terrorista via-se como a vanguarda armada de uma República da Irlanda unida, que incluiria os seis condados da Irlanda do Norte, que sempre fizeram parte do Reino Unido<sup>102</sup>. Entre 1994 e 1997, o IRA declarou um cessar-fogo permanente e, na década seguinte, terminou com todas as suas operações, desfez-se do seu arsenal e, após a conclusão do Acordo de Belfast, em 1998<sup>103</sup>, não retomou as ações terroristas.

Em termos de estrutura e de organização, o IRA passou por várias reformas. Inicialmente, o grupo terrorista via-se como um exército regular que estava envolvido numa luta legítima, representando uma autoridade também ela legítima aos seus olhos, como tal, seguia a retórica e estrutura dos exércitos regulares. No entanto, cedo percebeu que esse tipo de organização não se adequava ao tipo de conflito em que estava envolvido, e foi feita uma reestruturação interna, tendo adotado o sistema de célula<sup>104</sup> – as células teriam até um dúzia de membros, com apenas um líder que era quem mantinha o contacto ou as relações com a organização terrorista pela qual operavam para que a mesma não fosse comprometida caso algum membro das células fosse apanhado pelas autoridades estatais, além disso, atuavam fora dos seus locais de origem, o mais longe possível<sup>105</sup>.

O seu objetivo central era acabar com o que considerava ser a ocupação ilegal britânica da Irlanda do Norte por parte do Reino Unido, uma vez que, aos olhos dos republicanos

---

<sup>101</sup> Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Islamic State in Iraq and Syria).

<sup>102</sup> Neumann, *Old & New Terrorism*, 29.

<sup>103</sup> *Ibid*, 29.

<sup>104</sup> *Ibid*, 30.

<sup>105</sup> *Ibid*, 18.

irlandeses, a causa da divisão da Irlanda não estava no facto de haver duas comunidades antagónicas com aspirações nacionais exclusivas, estava sim na influência britânica que tentava impedir que a Irlanda reconhecesse o seu direito à autodeterminação<sup>106</sup>.

Os seus recursos materiais e militares eram utilizados exclusivamente em prol da conquista do seu objetivo, a libertação irlandesa. A grande maioria das operações violentas do IRA ocorreram no território da Irlanda do Norte e quando recorreram a ataques fora do território irlandês, foi sempre com o objetivo de forçar a população britânica a apoiar a perda de soberania inglesa da Irlanda do Norte<sup>107</sup>. Algumas operações também foram levadas a cabo na Europa Ocidental e, inclusive, chegaram a ter o apoio de grupos terroristas estrangeiros (nomeadamente, a ETA) que simpatizavam com o seu desejo de independência<sup>108</sup>. Porém deve-se salientar que, apesar de o IRA ter tido ligações com grupos estrangeiros que o apoiava na obtenção do seu objetivo tiveram sempre em vista a obtenção de apoio para a sua causa nacional e nunca o desejo de se tornarem transnacionais<sup>109</sup>.

A estrutura do ISIS, pelo contrário, é mais dispersa, funcionando enquanto rede e não tanto como organização, uma vez que as hierarquias formais têm sido substituídas por relações pessoais<sup>110</sup>. Começou como uma organização jihadista, criada após a invasão do Iraque em 2003, que foi construída por membros da al-Qaeda no Iraque (AQI) e, após ter estado adormecida devido ao aumento do número de forças militares norte americanas no território iraquiano em 2007, despertou em 2011 e, nos anos seguintes, aproveitou a crescente instabilidade política, social e económica tanto no Iraque como na Síria para se

---

<sup>106</sup> Neumann, *Old & New Terrorism*, 32.

<sup>107</sup> *Ibid*, 31.

<sup>108</sup> Um desses grupos terroristas foi a ETA (Euskadi Ta Askatasuna, organização nacionalista basca armada).

<sup>109</sup> Neumann, *Old & New Terrorism*, 32.

<sup>110</sup> *Ibid*, 19.

fortalecer. Em 2013, passou a operar e a perpetrar ataques a nível transnacional e não apenas na região do Médio Oriente<sup>111</sup>.

Relativamente aos objetivos do ISIS, deve-se salientar que as questões religiosas caracterizam o seu discurso, sendo o Califado o fim último e, assim, os militantes do ISIS pretendem impor um sistema político regido pela Sharia<sup>112</sup>, a lei islâmica no mundo muçulmano<sup>113</sup>.

Por fim, o ISIS utiliza uma violência excessiva nos atentados que comete e direciona a contra civis. Em outubro de 2015, um grupo de afiliados ao ISIS no Egito bombardearam o avião russo Metrojet 9268, que seguia de Sinai (Egito) para São Petersburgo (Rússia), assassinando 224 pessoas; no dia 13 de novembro do mesmo ano 130 pessoas perderam a vida e mais de 300 ficaram feridas numa série de ataques que foram coordenados em Paris e Saint-Denis contra a sala de espetáculos Bataclan, o estádio de futebol *Stade de France* e contra uma zona de restauração<sup>114</sup>. O grupo é também conhecido por recorrer a execuções públicas e a outros atos similares, como decapitações, apedrejamentos e o desmembramento como forma de punição de cidadãos por alegado desrespeito à sharia<sup>115</sup>.

Após uma análise detalhada nas três variáveis de mudança do conceito terrorismo – estrutura, objetivos e métodos – é possível obter uma melhor compreensão das expressões “terrorismo velho” e “terrorismo novo”. Contudo, deve-se ter em consideração as críticas

---

<sup>111</sup> “Timeline: The Rise, Spread, and Fall of the Islamic State”, *Wilson Center*, 28 de outubro, 2019, acessado a 6 de junho, 2021. <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>.

<sup>112</sup> “ISIS aims for resurgence in Iraq, Syria: UN experts”, *The Straits Times*, 3 de Agosto, 2019, acessado a 6 de junho, 2021. <https://www.straitstimes.com/world/united-states/un-experts-isis-aims-for-resurgence-in-iraq-syria>.

<sup>113</sup> Rachel Elbaum, “What is ISIS? What you need to know about Islamic State in Iraq and Syria”, *NBCNEWS*, 18 de abril, 2018, acessado a 6 de junho, 2021. <https://www.nbcnews.com/storyline/smart-facts/what-isis-what-you-need-know-about-islamic-state-iraq-n859996>.

<sup>114</sup> “Timeline”, <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>.

<sup>115</sup> *Ibid.*

existentes a essa distinção, nomeadamente de autores como Isabelle Duyvesteyn, Thomas Copeland ou David Tucker, que sugerem que, apesar de haver de facto alguns desenvolvimentos no terrorismo, estes não são necessariamente novos, refletindo algumas tendências antigas do terrorismo. Afirmam, por isso, que o terrorismo atual não é necessariamente mais perigoso ou mais mortífero, reforçando que pouco há de novo no “terrorismo novo”. Por outras palavras, defendem que não ocorreu nenhuma mudança de paradigma no terrorismo<sup>116</sup>.

Porém, consideramos que os críticos da expressão “terrorismo novo” adotam uma noção simplista da expressão “novo”, o que não é adequado para detetar alguma mudança societal ou identificar novas tendências sociais<sup>117</sup>. Existe, de facto, algo novo no terrorismo contemporâneo, tanto nas estruturas – que deixaram de se constituir apenas por sistemas de células e passaram também a integrar a organização em rede – como nos objetivos – que agora integram também a vertente religiosa nos seus objetivos políticos – como nos métodos utilizados – alterou-se a forma como a operação é conduzida e para quem é direcionada.

---

<sup>116</sup> Ersun N. Kurtulus, “The ‘New Terrorism’ and its Critics”, *Routledge Taylor & Francis Group*, 2011, 479-480.

<sup>117</sup> *Ibid*, 493.

### 2.3) Terrorismo como nova guerra?

As “novas guerras”, como acima foi referido, envolvem atores estatais e não-estatais e utilizam todas as formas de coação para atingirem os fins políticos, sociais e religiosos de quem as prossegue. As principais vítimas destas guerras são as populações, pois o número de baixas civis é maior do que as militares; o crime organizado tende a ser o seu modo de financiamento; são guerras que persistem nos Estados falhados ou em países menos desenvolvidos; e, segundo Mary Kaldor, os seus objetivos estão direcionados para razões de políticas identitárias, que estão associadas à globalização e ao desenvolvimento tecnológico das comunicações. O conflito já não se encontra delimitado a uma fronteira estadual num período de tempo específico, o que tem como consequência tornar-se de uma dimensão regional ou global. As suas táticas são de cariz não convencional, tais como o golpe de Estado, o terrorismo e a guerra de guerrilha.

O terrorismo, como também foi observado, é um conceito com inúmeras definições e um dos fatores que dificulta a sua definição é a identificação das populações com as causas dos grupos terroristas. Podemos olhar para o terrorismo como um crime, ou podemos olhar para o terrorismo como um último recurso para determinadas justificações como a luta contra a opressão, ou a pobreza, por exemplo. Será considerado um meio legítimo se for adotado o segundo olhar, pois a violência em si perde o caráter negativo quando é examinada de acordo com os fins que serve e, por isso, a expressão *“one man’s terrorist, another man’s freedom fighter”*.

O terrorismo é visto como tática de conflito e é exercido, essencialmente, por aqueles que, por algum motivo, estão insatisfeitos com as ações dos seus Estados e sentem que o seu último recurso é a violência para forçar um governo a mudar a direção das suas ações. Esta violência pressiona o governo tanto de forma direta – ameaças e atentados – como

de forma indireta – fomento do medo na população<sup>118</sup>. Os terroristas atacam a população tendo em vista um maior impacto das suas ações, não havendo para eles a distinção entre combatentes e não combatentes<sup>119</sup>.

Saliente-se ainda que, num quadro de violência terrorista, não existe um vencedor e um perdedor. Os terroristas não ganham enquanto o Estado não ceder às suas reivindicações e o Estado não ganha enquanto ainda houver a possibilidade de ser alvo de mais um ataque terrorista. Todos os esforços defensivos devem, portanto, ser direcionados para a prevenção de incidentes terroristas e para a limitação de qualquer dano que os mesmos possam infligir<sup>120</sup>. O terrorismo requer, por isso, uma melhor percepção do seu género não convencional de guerra, ou seja, o terrorismo é entendido como uma tática de guerra, que não começou com um evento específico, simplesmente teve várias manifestações ao longo de um período de tempo e provavelmente não terá um fim formal.

Vivenciamos a quarta vaga do terrorismo moderno, cuja natureza dos objetivos que pretende alcançar é transformacional, logo a quarta vaga apenas obterá a sua total satisfação com o fim do sistema internacional – ou seja, com a propagação do Califado internacionalmente.

A grande maioria de grupos terroristas persiste em Estados falhados com grande instabilidade política, como a Síria, Afeganistão, Iraque, entre outros, e em Estados em vias de desenvolvimento, como Moçambique ou Nigéria, devido à falta de segurança pública. Os Estados frágeis são considerados locais seguros para a realização das operações terroristas, não obstante a inequívoca presença de grupos terroristas por todo o

---

<sup>118</sup> Kurtulus, “The ‘New Terrorism’”, 493.

<sup>119</sup> Os terroristas, na realidade, culpam a população pelo governo que têm e por isso é que são o principal alvo dos seus ataques. Richardson, *what terrorists want*, 6.

<sup>120</sup> *International Terrorism*, 3-4.

globo, incluindo em Estados fortes<sup>121</sup>. O terrorismo contemporâneo não respeita a distinção entre violência numa zona de conflito e numa zona que não esteja a ser afetada pelo conflito e trata o mundo ocidental como uma arena legítima para atos de violência; basta recordar os ataques em Paris em 2015.

Face ao exposto, é possível afirmar que o terrorismo não pode ser considerado como uma forma de guerra, uma vez que não possui o carácter bélico de guerra. O terrorismo é utilizado como tática de guerra – tanto na guerra de subversão como nas “novas guerras”. O terrorismo, nomeadamente o terrorismo suicida, é uma arma temível, pois conjuga a carga simbólica com a sua eficácia do ponto de vista operacional. É uma forma de insurgência, de começar um conflito ou de dar continuidade ao mesmo, assim como a guerrilha ou as rebeliões, como as que se fizeram com a Primavera Árabe.

A violência assume um valor simbólico, ético e identitário. Há diversas ações de carácter violento, desde o confronto bélico às guerras civis, que passam por métodos de guerrilha, terrorismo, entre outros. Tanto o terrorismo como a guerrilha são, portanto, movimentos contra as autoridades. Nem todas as formas de violência política são bélicas, existindo meios que não visam necessariamente a ação armada, sendo apenas formas subversivas de desobediência civil<sup>122</sup>. Por ação armada entende-se “o confronto, não só entre duas ou mais coletividades, mas também o confronto unilateral, com fins políticos e com recurso à força armada”<sup>123</sup>.

Quando a violência política armada não é unilateral, como Felipe Pathé Duarte afirma, deparamo-nos com o confronto armado, que poderá ser pré-bélico<sup>124</sup> – terá sempre como

---

<sup>121</sup> Duque, “Estados Frágeis”, 52.

<sup>122</sup> Duarte, “Jihadismo Global”, 56.

<sup>123</sup> Ibid, 56-57.

<sup>124</sup> “Terá sempre como pano de fundo a subversão, porque tende a pôr em causa e corroer uma ordem previamente instituída, carece de legitimação estatal e transgride as regras de uma ideologia dominante – pode tornar-se operacional através de revoluções [...] ou insurreições.” Ibid, 57.

pano de fundo a subversão, uma vez que tende a corroer a ordem vigente, transgride as regras da ideologia dominante e carece de legitimidade estatal – ou bélico – conflito entre dois ou mais grupos com um uso continuado e generalizado de violência armada como principal fórmula de resolução, que é o caso da guerra civil, da guerra internacional e das guerras de libertação<sup>125</sup>.

O terrorismo é, portanto, uma tática de guerra utilizada na guerra não-convencional, isto é, em guerras subversivas e em guerras irregulares, que existem desde que o homem possui consciência política, assim como nas “novas guerras”, também denominadas como guerras de quarta geração ou guerras da globalização.

---

<sup>125</sup> Duarte, “Jihadismo Global”, 57.

### 3) Estudo de caso: Síria

Após uma explicação e análise dos conceitos “novas guerras” e “terrorismo”, torna-se necessário apresentar um estudo de caso. O país selecionado para a concretização do estudo de caso foi a Síria, um dos países que vivenciou a Primavera Árabe e que, desde então, é palco de uma guerra civil.

Em 1918, as tropas britânicas e francesas tomaram a Síria<sup>126</sup>. Quando a guerra terminou, o General Edmund Allenby<sup>127</sup> instalou uma administração militar árabe em Damasco e no interior da região e conquistaram a Palestina; os franceses conquistaram a costa, com Beirute como seu centro, devendo-se salientar que os anos que seguiram à guerra foram caracterizados pela instabilidade no que tocava à decisão do futuro do território sírio<sup>128</sup>.

Quando a Tríplice Entente<sup>129</sup> tomou a Síria não havia um território especificamente sírio, tendo este sido delineado pelas potências vencedoras da guerra que tentaram administrar os futuros países daquela região árabe. Não existia uma população síria, iraquiana ou turca, mas uma população árabe com uma enorme heterogeneidade étnica, sem uma unidade política na forma de Estado. Quando as fronteiras foram desenhadas pelos atores vencedores da guerra não se teve em consideração as diferenças existentes entre daquelas populações, o que resultou nas tensões que a história foi presenciando com a constituição forçada dos países da região, nomeadamente da Síria<sup>130</sup>.

---

<sup>126</sup> Howard Hayes Scullard, “Syria”. *Britannica*, 27 de maio, 2021, acessado a 9 de junho, 2021. <https://www.britannica.com/place/Syria>.

<sup>127</sup> O General que tomou a Síria, juntamente com o exército francês. *Ibid*.

<sup>128</sup> *Ibid*.

<sup>129</sup> A Tríplice Entente foi constituída por vários países, desde o Japão ao Brasil, no entanto, aqui ao se falar desta aliança, está-se a mencionar apenas França e Grã-Bretanha.

<sup>130</sup> “Syria: The Making Of The Modern State”. *YouTube*, 3:40. Publicado por “YouTube”. 29 de Agosto, 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=eEbX4Nw8qLw>.

A Síria ficou sob controlo francês a partir de 1920, após as negociações de Versalhes. Primeiro o território sírio foi dividido em três regiões, uma era maioritariamente constituída por muçulmanos sunitas, outra por Drusas, e outra região era constituída maioritariamente por muçulmanos xiitas. Tanto estas comunidades (a atual Síria) como a França tinham conceções distintas acerca da autonomia política do território; o governo francês não acreditava na capacidade de os sírios alcançarem prosperidade sem o seu apoio e também não queriam entregar o poder a uma maioria muçulmana, receando a possibilidade de persuasão por parte da maioria muçulmana contra os cristãos que lá habitavam. Muitos membros das minorias queriam a ajuda dos franceses, reconhecendo o seu valor para a construção de uma sociedade moderna. No entanto, a maioria da população urbana pretendia que a Síria ganhasse a sua independência<sup>131</sup>.

A primeira crise na relação franco-síria deu-se em 1925, quando uma revolta em Jabal Al-Durūz resultou numa aliança entre os rebeldes drusos e os nacionalistas de Damasco, que tinham recentemente formado o Partido do Povo. Durante algum tempo os rebeldes conseguiram controlar grande parte do território, mas no final de 1925 os franceses começaram uma política de conciliação com a população e, em 1928, realizaram-se eleições para a constituição de uma Assembleia Constituinte, das quais os nacionalistas saíram vencedores<sup>132</sup>. A Assembleia acabou por ser dissolvida em 1930 pelo Alto Comissariado<sup>133</sup> e este promulgou a Constituição com algumas mudanças. Seguiram-se, desta forma, grandes negociações para a concretização de um tratado franco-sírio que previsse a independência da Síria, sem nunca perder a ligação com França. Após a

---

<sup>131</sup> Scullard, *Britannica*.

<sup>132</sup> *Ibid.*

<sup>133</sup> Missão diplomática de um país noutro território – é uma representação diplomática.

assinatura do tratado (1936<sup>134</sup>) elegeu-se um Parlamento, um Presidente da República – Hāshim al-‘Atāsī – e um governo nacionalista assumiu o cargo.

O tratado foi ratificado pelo novo governo sírio logo em 1936, mas não o foi pela França e, no final de 1938, a Constituição foi suspensa por parte do governo sírio<sup>135</sup>. Foi apenas após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, que a Síria obteve a sua independência, tendo sido um processo lento, demorado e conflituoso – seguiram-se dois anos caracterizados pelo desacordo acerca da transferência de poder por parte da administração francesa para o governo sírio, tendo resultado numa crise, em 1945, quando a França recusou transferir o controlo das forças armadas locais, o que resultou no bombardeamento francês e na intervenção britânica<sup>136</sup>.

Desde a constituição da Síria enquanto país autónomo em 1946, que o governo se deparou com uma heterogeneidade étnica, religiosa e social<sup>137</sup>. As diferenças económicas tornaram o problema da heterogeneidade síria ainda mais complexo, devido à inexistência de uma classe média na região – a maioria da população vivia na pobreza. Foi com o surgimento de uma pequena, mas crescente, classe média e com o ressentimento sentido pelas minorias que começou a haver cada vez mais oposição contra o governo<sup>138</sup>.

Em março de 1949 ocorre um golpe de Estado executado pelo Coronel Husni al-Za‘im. Todavia, este acabou por ser derrubado em agosto do mesmo ano pelo Coronel Sami al-Hinnawi. Um terceiro golpe de Estado acabou por ser levado a cabo pelo Coronel Adib al-Shishakli, em dezembro do mesmo ano; em 1951 removeu os seus associados através de um quarto golpe. Adib al-Shishakli acabou por ser retirado do poder em fevereiro de

---

<sup>134</sup> O tratado assinado previa a independência da Síria, a consulta franco-síria sobre a política externa e ainda a prioridade francesa no que tocava ao aconselhamento, assistência e retenção pela França de duas bases militares. Scullard, *Britannica*.

<sup>135</sup> Ibid.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Ibid.

<sup>138</sup> Ibid.

1954 através de um outro golpe de Estado, liderado pelo Coronel Faysal al-Atasi, o que resultou na restauração do Parlamento e, ao mesmo tempo, na desacreditação e perda de influência do Partido Social Nacionalista Sírio, tendo sido a partir desta época que os Ba'athistas<sup>139</sup>, no exército, deixaram de ter rival<sup>140</sup>. Como é possível notar, a situação política na Síria nunca conheceu uma estabilidade duradoura.

Os anos que se seguiram após a retirada do Coronel Adib al-Shishakli assistiram à ascensão do Presidente Gamal Abdel Nasser, no Egito, a líder do movimento de unidade Pan-Árabe, o que resultou numa aproximação da Síria ao Egito, procurando o apoio egípcio e, também, o estabelecimento dos primeiros contactos amigáveis com os países comunistas. Foi em fevereiro de 1958 que a Síria, sob a liderança do partido Ba'ath, abriu mão da sua soberania para se tornar na “Província do Norte” da República Árabe Unida, sob a liderança do Presidente do Egito<sup>141</sup>. Porém, esta união não passou de um fracasso, uma vez que o Egito tratava a Síria como um país subordinado e não como um aliado. Começou a haver tensões entre os dois territórios, que acabaram por ser intensificadas quando a seca prejudicou a economia síria. Em setembro de 1961, um golpe liderado por oficiais do exército sírio restabeleceu novamente a independência da Síria<sup>142</sup>.

O regime separatista, após o golpe de 1961, continuava debaixo do controlo do exército, que apoiava fortemente o partido Ba'ath e começou rapidamente a desfazer as medidas socialistas que foram introduzidas através da união com o Egito e, em março de 1963, os partidários do Ba'ath acabaram por ascender ao poder. Com a emergência do partido Ba'ath ao poder, a oposição interna foi eliminada e foi estabelecido um Estado

---

<sup>139</sup> Pertencentes ao partido Baath, que foi fundado em abril de 1947. Defendia o Baathismo, que é uma mistura ideológica de anti-imperialismo, socialismo e nacionalismo árabe e de pan-arabismo.

<sup>140</sup> Scullard, *Britannica*.

<sup>141</sup> *Ibid.*

<sup>142</sup> *Ibid.*

policial<sup>143</sup>. Porém, a rivalidade existente dentro do partido culminou em mais um golpe de Estado e, em fevereiro de 1966, instalou-se uma facção chefiada pelo coronel Salah al-Jadid e, em novembro de 1970, a ala partidária maioritariamente militar que era liderada pelo general Hafez al-Assad acabou por assumir o poder do partido e foi eleito presidente a 14 de março de 1971<sup>144</sup>.

Apesar de autoritário, o governo ba'athista teve uma certa popularidade uma vez que promulgou determinadas políticas que favoreceram a reforma agrária, o desenvolvimento económico, a promoção da educação, a oposição a Israel e o fortalecimento militar do país. A Síria, ao contrário do que aconteceu entre 1945 e 1963, finalmente experienciou estabilidade com o novo regime, o que motivou o apoio da população<sup>145</sup>. Foi exatamente devido à instabilidade no passado e ao histórico de golpes militares, durante toda a década de 1990 que a questão de quem sucederia o Presidente Assad se tornou numa das principais preocupações. Após a morte de Hafez al-Assad, foi o seu filho mais novo, Bashar al-Assad que sucedeu ao poder, em 2000. Nele estavam depositadas grandes esperanças e expectativas – os cidadãos e observadores internacionais esperavam que mantivesse e melhorasse o trabalho que tinha começado a ser feito pelo seu pai<sup>146</sup>. Todavia, enquanto algumas mudanças mostravam lentamente o progresso, como medidas relacionadas com a economia, muitas outras reformas não se concretizaram. Ademais, a detenção de ativistas pró-reforma em 2001 e a falta de reformas marcaram a breve abertura política conhecida como “Primavera de Damasco”, que terminou com todas as esperanças de continuação de um período próspero. Foi em 2007 que, a meio de

---

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> Foi reeleito sem qualquer tipo de oposição a 2 de dezembro de 1991. Ibid.

<sup>145</sup> O regime, contudo, tinha oponentes, oponentes estes que eram maioritariamente constituídos pela maioria sunita da população. Ibid.

<sup>146</sup> Era esperado que Bashar al-Assad mantivesse um determinado grau de continuidade e de ordem, que proporcionasse um determinado nível de abertura política para a população síria e que continuasse a campanha que havia sido começada pelo seu pai de implementação da reforma governamental e de erradicação da corrupção que estava profundamente enraizada no país. Ibid.

manifestações por parte da oposição, Bashar al-Assad garantiu o seu segundo mandato – concorreu sem oposição e obteve pouco menos de 100% dos votos, resultado provável de adulteração das eleições<sup>147</sup>.

Desde então que a Síria é governada por um regime autoritário, onde a liberdade e os direitos humanos são menosprezados e onde a repressão é resposta para qualquer género de oposição. As populações por toda a região do Médio Oriente demonstravam insatisfação com os regimes dos seus países, o que acabou por resultar, em finais de 2010 inícios de 2011, num conjunto de revoltas a favor da liberdade e da democracia, a denominada Primavera Árabe.

---

<sup>147</sup> Ibid.

### 3.1) A Primavera Árabe

O tipo de regime existente na região do Médio Oriente e do Norte de África era, maioritariamente, autoritário, e caracterizado pelo desrespeito pela liberdade humana e os direitos das suas populações. Como consequência da negligência que a população sentia por parte do seu governo, juntamente com a enorme repressão direcionada contra aqueles que se opunham de alguma forma ao regime, teve lugar uma onda de protestos e manifestações pró-democracia por toda aquela região no final de 2010 e início de 2011. Esta onda democrática, a Primavera Árabe, teve um grande impacto não só no mundo árabe, como também a nível regional e internacional<sup>148</sup>, uma vez que “esta revolta espontânea abalou tudo: as estruturas dos regimes, os alinhamentos políticos, os apoios externos e, sobretudo, a convicção a ocidente que só os extremistas islâmicos teriam influência nas grandes massas árabes”<sup>149</sup>. Ademais, as revoltas árabes revelaram a dificuldade que a comunidade internacional tem em apresentar uma frente unida e coesa, com mensagens assertivas e claras, e demonstraram, ao invés, as divisões estratégicas que existem no seio das variadas instituições multilaterais<sup>150</sup>. Temos como exemplo a imediata intervenção internacional na Líbia, que tinha o intuito de proteger a população da Líbia em nome da defesa dos direitos humanos, contudo, a comunidade internacional não teve a mesma resposta imediata face ao conflito na Síria. Desta forma, é possível denominar a Primavera Árabe como um “laboratório de geopolítica”<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup>Marta Mucznik, “A ‘Primavera’ Árabe: dinâmicas regionais e desafios para a comunidade internacional”, *Lusitana. Política Internacional e Segurança* nº5, 2011, 101-102.

<sup>149</sup> Ibid.

<sup>150</sup> Ibid, 107.

<sup>151</sup>Luis Andrés Bárcenas Medina, “‘Primavera Árabe’, un laboratorio de geopolítica”, *Política Exterior*, março/abril, 2013, 72.

Recorde-se a análise de Samuel Huntington sobre a democracia, e a sua terceira, e mais recente, vaga que se tornou num evento global, que surgiu com a transição democrática em países como Portugal (1974), Brasil e nos países satélite da União Soviética – República Checa, Polónia, entre outros. Contudo a vaga não foi sentida nos países muçulmanos, que continuaram a ser governados por regimes autocráticos<sup>152</sup>.

A constante presença de autocracias na região do Médio Oriente promoveu uma ideia de estabilidade autocrática nesses países que demonstrava, de forma errada, ao mundo que este tipo de regime era essencial para manter a ordem na região e que a população estava satisfeita. A ilusão de estabilidade na região durou até à primeira década do século XXI, tendo sido em finais de 2010 que se iniciou uma rebelião na Tunísia, que se alastrou por toda a região do Médio Oriente e Norte de África<sup>153</sup>.

Assim sendo, importa perceber quais foram os motivos que impediram que a terceira vaga democrática não chegasse ao mundo árabe da mesma forma que chegou a países que viviam igualmente em regimes autocráticos, como era o caso dos países da Europa de Leste.

A religião islâmica foi durante muito tempo considerada como um obstáculo à implementação da democracia no Médio Oriente, pelo facto de muitas das características democráticas serem contrárias aos valores e tradições muçulmanos – o sufrágio universal e a laicidade estatal são dois exemplos de tais valores<sup>154</sup> – uma vez que o dever de obedecer ao califa, que é o sucessor do Profeta apostólico, é um dever religioso pois o governador mantém a religião, que nunca poderá ser separada da política, e defende o

---

<sup>152</sup> Jørgen Møller e Svend-Erik Skaaning, “The Third Wave: inside the numbers”, *Journal of Democracy* vol 24 n°4, outubro 2013, 99-104.

<sup>153</sup> Ibid.

<sup>154</sup> Elie Kedourie, “Democracy and Arab Political Culture”, *The Washington Institute for Near East Policy*, 1992, 1-6.

território tal como ele foi estabelecido<sup>155</sup>. Porém, é a forma como a sociedade relaciona o poder político com a religião que tem implicações no tipo de regime, democrático ou não. Para alguns autores, o verdadeiro obstáculo ao mundo democrático não é a religião, pois há países muçulmanos democráticos, como é o caso da Turquia, mas sim razões mais geográficas e de contexto histórico e político<sup>156</sup>.

Deve-se salientar que os Estados muçulmanos apenas alcançaram a sua emancipação durante o século XX, tendo durante toda a sua história sido submetidos ao imperialismo – primeiro, o Império Otomano, que apenas foi derrubado no final da Primeira Guerra Mundial e, de seguida, os impérios coloniais – o que fez com que os países muçulmanos sempre se encontrassem na margem de uma sociedade liberal<sup>157</sup>. Os povos muçulmanos conheceram a independência de um momento para o outro, sem qualquer tipo de ferramentas ou de experiência para se governarem de forma autónoma e sem apoio exterior para a estruturação de organizações políticas que fossem equiparadas a um “Estado”. Dito de outra forma, a organização muçulmana não se encontrava preparada para se encaixar nos modelos ocidentais<sup>158</sup>.

O autoritarismo acabou por persistir no Médio Oriente graças às elites que se encontravam no poder, utilizando os arranjos institucionais para perturbar a formação de coligações que ameaçassem a sua presença no poder – repressão da população através das forças de segurança do Estado, a utilização de um sistema de eleições “*winner-take-all*”, impedindo o pluralismo eleitoral e limitando a formação de partidos de oposição política, entre outros<sup>159</sup>. Os regimes autoritários persistiram, também, devido ao relativo

---

<sup>155</sup> Ibid, 7.

<sup>156</sup> Larry Diamond, “Why are there no Arab Democracies”, *Journal of Democracy* vol 21 nº1, janeiro de 2010, 94-97.

<sup>157</sup> Medina, ““Primavera árabe””, 76.

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> Stephen J. King, “Sustaining Authoritarianism in the Middle East and North Africa”, *Political Science Quarterly* nº3 vol 122, 2007, 433.

crescimento económico que se fez sentir na época. Frise-se que países como o Egito e a Síria seguiram políticas económicas socialistas, introduzindo a reforma agrária que beneficiou os camponeses e criando empresas estatais. Para além destas inovações económicas, os Estados também providenciavam outros benefícios como o acesso à educação, a garantia de seguros de saúde e subsídios de alimentação<sup>160</sup>.

Segundo Huntington, existem cinco fatores que são essenciais para o desencadeamento da transição de um regime autoritário para um democrático, a saber, o desenvolvimento económico, o declínio da legitimidade desse regime, o efeito de demonstração [efeito bola de neve], a existência de modificações na doutrina religiosa e, por fim, a mudança política de atores externos. Nenhum destes se fez sentir nos países muçulmanos.

A maior parte dos países da região do Médio Oriente e do Norte de África e encontravam-se numa situação precária em termos de desenvolvimento económico. Não obstante os esforços realizados pelos líderes políticos que, ainda assim, conseguiram obter algum desenvolvimento económico, ao nível do emprego, principalmente entre a camada mais jovem da população. Porém, os elevados níveis de corrupção que reinavam [reinam] na região impossibilitou o desenvolvimento económico necessário para a transição de um regime autoritário para um Estado democrático. O declínio de legitimidade não foi sentido durante várias décadas porque, mesmo estando o Médio Oriente a passar por problemas económicos como consequência da crise do petróleo de 1973 e a crise do socialismo, os líderes políticos dos países árabes desviavam a atenção pública, juntamente com as suas frustrações, para um inimigo em comum, Israel e a sua “ilegalidade” enquanto Estado<sup>161</sup>. No que diz respeito ao “efeito bola de neve”, este

---

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> Aqui é importante sublinhar que o conflito que houve [há] entre Israel e a Palestina foi [é] desde sempre utilizado como desculpa para tudo o que de mal acontece no mundo árabe, utilizando esse mesmo conflito também como forma de fomentar um nacionalismo que, na sua ótica, garantiria a legitimidade política,

simplesmente não aconteceu na região do Médio Oriente, sendo que não ocorreu nenhuma proliferação democrática em nenhum país região até à Primavera Árabe. Por último, a ação de atores externos enquanto agentes promotores da democracia foi muito precária no Médio Oriente, uma vez que países como Reino Unido, França ou Estados Unidos ao invés de tentarem derrubar os regimes autocráticos, apoiaram-nos, oferecendo-lhes apoio financeiro – tal aconteceu devido aos interesses políticos e económicos relativamente ao petróleo do mundo árabe<sup>162 e 163</sup>.

A configuração política dos Estados muçulmanos foi, portanto, diretamente influenciada pelas potências europeias e a partilha e a estruturação que foram feitas com o final da Primeira Guerra Mundial não tiveram em consideração as particularidades da região e de cada parte do território, o que resultou na criação de um ambiente favorável a conflitos. Com a independência dos Estados muçulmanos ocorreu uma reivindicação de movimentos nacionalistas que ansiavam chegar ao poder e que proclamavam a rejeição não só da influência ocidental na região, como do novo Estado de Israel.

Como já acima foi referido, estes regimes nacionalistas conseguiram promover algum desenvolvimento económico nos territórios, conseguindo, assim, conter a insatisfação da população com o regime<sup>164</sup>. Foi esta continuidade autocrática sentida na região do mundo muçulmano que proporcionou a ilusão de estabilidade destes regimes no resto do mundo,

---

mesmo sem grandes desenvolvimentos e melhorias económicas. Brumberg, “Democratization in the Arab World?”, 58-61

<sup>162</sup> Diamond, “Why are there no Arab Democracies”, 102.

<sup>163</sup> Aqui deve-se salientar que o Médio Oriente, ao longo da sua história, foi o centro das atenções mundiais uma vez que representa um elemento de grande relevância estratégica – área de transição do comércio da seda, conexão entre a antiga metrópole britânica com as suas ex-colónias e é visto, também, como uma fonte de petróleo que move a economia do Ocidente. Samuel Feldberg, “Um mosaico de conflitos no Oriente Médio” *Política Externa* nº3 vol 15, Dezembro/Janeiro/Fevereiro, 2007, 155.

<sup>164</sup>Burhan Ghalioun e Philip J. Costopoulos, “The Persistence of Arab Authoritarianism”, *Journal of Democracy* vol 15 nº4, outubro de 2004, 127.

tendo sido apenas em 2010, quando a rebelião na Tunísia deflagrou, que terminou com a ideia errônea de estabilidade dos regimes autocráticos no mundo árabe<sup>165</sup>.

A Primavera Árabe foi uma consequência direta daquela que foi intitulada de Revolução de Jasmin, que teve origem na Tunísia. Tudo começou em dezembro de 2010, quando a Mohamed Bouazizi, um vendedor de fruta, foram confiscados todos os seus bens, tendo, também, sido agredido por um polícia. Enraivecido e frustrado com a situação, banhou-se em diluente de tinta e imolou-se. Várias filmagens do incidente foram espalhadas rapidamente por toda a Tunísia através das redes sociais, o que facilitou a realização de grandes protestos, primeiro na cidade de Sidi Bouazid, onde o incidente ocorreu, e depois por praticamente todo o território da Tunísia e pelo mundo<sup>166</sup>. Tal ato foi visto como um protesto contra a repressão governamental, contra a corrupção policial que se fazia [e faz] sentir no país e contra os elevados níveis de desemprego que se faziam [fazem] sentir na Tunísia, principalmente na camada mais jovem da população, e serviu como catalisador de uma rebelião contra o regime<sup>167</sup>.

Na tentativa de conter a revolta e de restringir a informação que se propagava pela Internet por todo o mundo, o governo da Tunísia aumentou ainda mais a opressão face aos seus cidadãos. Porém, apesar de todas as tentativas de restrição à informação, o descontentamento popular foi aumentando e assim iniciou-se a Revolução de Jasmin, que levou às ruas não só os jovens, como também incentivou a greves gerais que

---

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Michael Safi, Antonio Voce, Frank Hulley-Jones e Lydia McMullan, “How the Arab spring engulfed the Middle East and changed the world”, *The Guardian*, 25 de janeiro, 2021, acessado a 21 de julho, 2021. <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2021/jan/25/how-the-arab-spring-unfolded-a-visualisation>.

<sup>167</sup> É importante sublinhar que este não foi o primeiro protesto contra o regime que ocorreu na Tunísia, contudo este teve um impacto muito maior do que os restantes não só por ter ocorrido numa cidade que estava à mercê da pobreza e da corrupção, o que resultou numa maior identificação por parte da população da cidade, como também por ter sido divulgado online em variadas plataformas de redes sociais, como o YouTube. Perry Anderson, “On the Concatenation in the Arab World”, *Editorial*, 2011, 10-11.

destabilizaram o governo tunisiano. O Presidente Zine El Abidine Ben Ali viu-se obrigado a renunciar o poder e a exilar-se na Arábia Saudita<sup>168</sup>.

A Revolução de Jasmin foi precursora da Primavera Árabe; teve o efeito bola de neve. Logo após o fim do poder de Ben Ali, começaram a surgir vários movimentos de contestação nos países vizinhos, tendo o Egito sido o primeiro país<sup>169</sup>.

Para um melhor entendimento daquilo que a Primavera Árabe representou, torna-se necessária a compreensão do contexto histórico e político de cada um dos países, pois apesar de quase todas as manifestações terem começado por motivos similares, nem todas tiveram o mesmo fim<sup>170</sup>. O Egito, o Sudão, o Líbano e a Argélia, tal como a Tunísia, semanas após o início dos protestos testemunharam a renúncia dos seus líderes autoritários. O desemprego e a existência de um governo há muito instalado no poder, com elevados níveis de corrupção, apoiado num aparelho policial repressivo constituíram motivos que favoreceram o desencadeamento de movimentos revolucionários e de contestação na Tunísia. Estes movimentos revolucionários tiveram como resultado a renúncia ao poder por parte do Presidente e a promessa de que seriam feitas concessões no sentido de uma maior abertura do país, de que a corrupção iria ser combatida e de que o país iria presenciar um rápido desenvolvimento económico.

O Egito, por sua vez, também possuía elevados níveis de desemprego entre a camada jovem da população, sendo muitos deles indivíduos instruídos, e tinha um grande aglomerado populacional em torno de algumas grandes cidades. Ademais, a corrupção reinava no território e grande parte da população vivia no limiar da pobreza. Foram estas

---

<sup>168</sup> Safi, et all, “How the Arab spring engulfed the Middle East”.

<sup>169</sup> O sucesso que ocorreu com a Revolução de Jasmin trouxe esperança para a população árabe, uma vez que trouxe ao de cima a vulnerabilidade dos Estados autoritários, mostrando que era possível derrubar um Estado autocrático. Ademais, criou, também, um *modus operante*, definindo por que motivos é que a sociedade se deveria manifestar e qual a melhor forma de alcançarem o seu objetivo final. *Ibid.*

<sup>170</sup> Pedro Gomes Barbosa, “Primavera no mundo árabe?” *Segurança e Defesa*, 38-40.

características negativas, mais o sucesso que foi visto na Tunísia, que deram esperança ao povo egípcio para levar a cabo as manifestações começadas no país vizinho. O presidente Hosni Mubarak renunciou ao poder a 11 de fevereiro de 2011, após dezoito dias de protestos em massa.

No entanto, em países como a Líbia e a Síria o resultado final foi bastante diferente, tendo os protestos e manifestações terminado em guerra civil, até hoje<sup>171</sup>. Quando os protestos pela democracia começaram, a agitação em ambos os países foi aumentando em larga escala, o que fez com que os governos, ao tentar impedir que a agitação resultasse no fim do regime, começassem a lutar contra as suas próprias populações<sup>172</sup>.

Houve dois cenários completamente distintos durante este período revolucionário. Por um lado, temos países como o Egito e a Tunísia, que apesar de poderem ser caracterizados por momentos de turbulência interna, aparentaram estar no caminho da democracia com a ajuda das forças armadas dos respetivos territórios – tanto a Tunísia como o Egito, apesar deste ter tido uma transição mais turbulenta do que a Tunísia, elegeram uma nova Assembleia Constituinte, um novo presidente e tomaram outras medidas democráticas. A Tunísia legalizou o partido islâmico, permitindo-o participar nas eleições futuras<sup>173</sup> e no Egito foi aprovado um referendo sobre a reforma constitucional no país, que incluía a limitação do presidente no poder por seis anos, assim como a sua obrigação em eleger um vice-presidente dentro de trinta dias das eleições, como forma a evitar que o presidente fosse detentor de todo o poder<sup>174</sup>. Por outro lado, temos a Síria e a Líbia, que ficaram

---

<sup>171</sup> Safi, et all, “How the Arab spring engulfed the Middle East”.

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> “Tunisia legalizes Islamist group Ennahda”, *BBC*, 1 de março, 2011, acedido a 31 de outubro, 2021. <https://www.bbc.com/news/world-africa-12611609>.

<sup>174</sup> “Egypt referendum strongly backs constitution changes”, *BBC*, 20 de março, 2011, acedido a 31 de outubro, 2021. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12801125>.

presas em violentos confrontos armados, com líderes políticos que se agarraram ao poder reprimindo as suas populações de forma violenta através das forças armadas<sup>175</sup>.

Em 2021, uma década depois do início da Primavera Árabe, tanto a Síria, como a Líbia e o Iémen encontram-se como países divididos e destruídos pela guerra, tendo uma grande proporção da população da Síria fugido do seu país ou das zonas do território que se encontram no epicentro da guerra na tentativa de sobreviverem ao caos e violência. Sublinhe-se que estão registadas como refugiadas sírias, pelas Nações Unidas, cerca de seis milhões e quinhentas mil pessoas e mais seis milhões são deslocados internos<sup>176</sup>.

A Primavera Árabe, que cumpre agora dez anos, não correspondeu às expectativas das massas árabes que se revoltaram contra os regimes opressivos em que viviam. Apesar de ter alcançado a renúncia ao poder dos líderes opressivos e que se encontravam no poder há décadas, estas manifestações não foram capazes de dismantelar os regimes e de seguir uma transição democrática sustentável<sup>177</sup>. Tanto o Egito, como o Sudão e a Argélia voltaram a estar sob domínio militar; tanto a Líbia como o Iémen mergulharam, também, em profundas guerras civis, agudizando a instabilidade regional<sup>178 e 179</sup>.

O período da Primavera Árabe é, portanto, caracterizado por uma grande instabilidade e incerteza, sendo que esta revolta espontânea abalou tudo, desde as estruturas dos regimes aos apoios externos e, sobretudo, a convicção do Ocidente de que apenas os extremistas islâmicos teriam influência sob as grandes massas árabes<sup>180</sup>. Note-se que o mundo árabe é constituído por uma das grandes culturas que sustenta o planeta, sendo, também, um território com uma grande relevância geopolítica e económica e por estes

---

<sup>175</sup> Mucznik, “A ‘primavera’ árabe”, 101-102.

<sup>176</sup> Safi, et all, “How the Arab spring engulfed the Middle East”.

<sup>177</sup> Zidane Zeraoui, “A una década de la Primavera Árabe: ¿Hacia dónde va el mundo árabe?”, *Relaciones Internacionales* nº 60 vol 30, 2021, 21.

<sup>178</sup> Safi, et all, “How the Arab spring engulfed the Middle East”.

<sup>179</sup> Zeraoui, “A una década de la Primavera Árabe”, 21.

<sup>180</sup> Mucznik, “A ‘primavera’ árabe”, 101.

motivos vários atores externos com interesses geopolíticos e económicos na região intervieram nas manifestações pró-democracia<sup>181</sup>.

Consideremos a União Europeia. A 2 de fevereiro de 2011 a então Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Catherine Ashton, afirmou que a UE estaria disponível para apoiar a Tunísia e a sua população no momento de transição de regime, com resposta imediata. O mesmo apoio foi demonstrado na disponibilidade de ajuda da transição democrática para com a população do Egito – elogiou os esforços que a população estava a fazer para conseguir alcançar a transição do regime para um Estado democrático, afirmando que as autoridades egípcias deveriam avançar rapidamente para liderarem um processo de reforma democrática sustentável, solicitando à UE que “ajude as forças políticas democráticas e os organismos da sociedade civil a reforçarem a sua organização, de forma a poderem participar plenamente na transição para a democracia”<sup>182 e 183</sup>.

Os Estados Unidos não tiveram uma reação muito diferente da União Europeia relativamente ao Egito. Defenderam o direito que a população tinha em se manifestar – o direito da liberdade de expressão – defendendo, no entanto, o regime de Hosni Mubarak, referindo que o mesmo era sustentável e que procurava formas de responder às necessidades e interesses legítimos da sua população<sup>184 e 185</sup>.

---

<sup>181</sup> Medina, “Primavera Árabe”, 78.

<sup>182</sup> Ibid

<sup>183</sup> Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de Fevereiro de 2011, sobre a situação no Egito [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0064\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0064_PT.html).

<sup>184</sup> Medina, “Primavera Árabe”, 78.

<sup>185</sup> Reuters Staff, “US urges restraint in Egypt, says government stable”, *Reuters*, 25 de janeiro 2011, acedido a 31 de outubro 2021. <https://www.reuters.com/article/ozatp-egypt-protest-clinton-20110125-idAFJJOE7000KF20110125>.

### 3.2) A escalada da violência: de guerra civil a conflito internacional

A guerra civil síria teve como gatilho os protestos que começaram a 26 de janeiro de 2011 e que se transformaram numa revolta geral a 15 de março do mesmo ano, acabando por se tornar no conflito mais sangrento da Primavera Árabe. Inicialmente, o cenário na Síria era semelhante ao que acontecia nos restantes países que mergulharam em manifestações da onda pró-democracia. Porém, foram as características do regime de Bashar al-Assad que fizeram com que o resultado das manifestações não fosse semelhante ao que acabou por acontecer na Tunísia ou no Egito, cujas populações conseguiram fazer com que os presidentes dos respetivos países renunciassem ao poder<sup>186</sup>.

O regime sírio evoluiu de um sistema “socialista” – adotou a reforma agrária, marginalizou a burguesia e nacionalizou a economia – para um sistema neoliberal que privatizou na íntegra vários setores da economia para benefício daqueles que se encontravam no poder ou próximos dele, conquistando, desta forma, o controlo total desses mesmos setores económicos<sup>187</sup>. Ao apoderar-se dos benefícios da reforma económica, o regime acabou por abandonar as políticas públicas que favoreciam as classes mais baixas. A abertura da economia acabou, portanto, por resultar numa corrupção generalizada que diminuiu a qualidade de vida da sua população e aumentou a riqueza das elites<sup>188</sup> – a desigualdade social era cada vez maior e mais profunda.

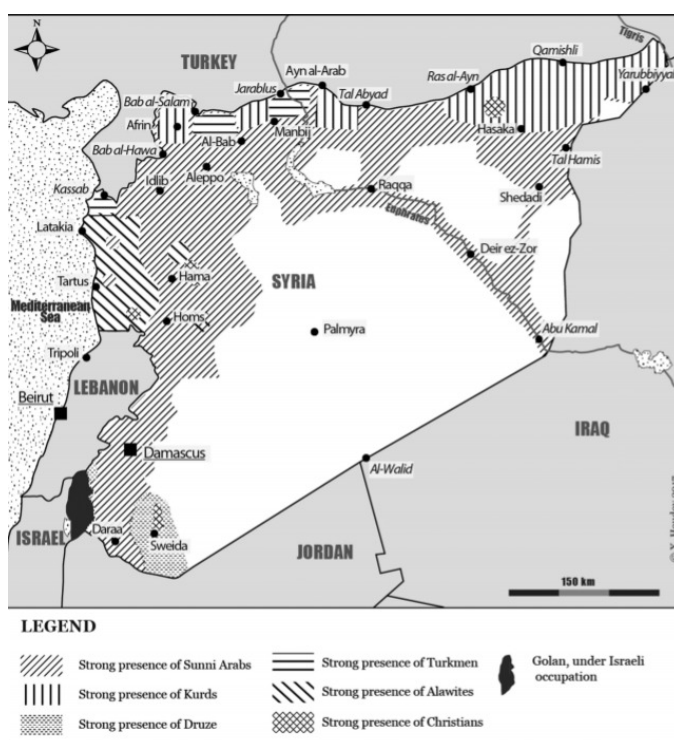
---

<sup>186</sup> Maria Zuber e Samuel Sahel Moussa, “Arab Spring as a background of civil war in Syria”, *International Conference Knowledge-based Organization* Vol. XXIV No 1 2018, 248-249.

<sup>187</sup> Adam Bacsko, Gilles Dorronsoro e Arthur Quesnay, *Civil war in Syria – Mobilization and Competing Social Orders* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018), 45-47.

<sup>188</sup> *Ibid*, 48.

A guerra civil costuma ser caracterizada como o resultado de uma estrutura multisectorial da sociedade síria, no entanto, não foram as diferenças étnicas que deram início ao conflito. Note-se que a Síria é, de facto, um país com uma grande heterogeneidade étnica: muçulmanos sunitas (a maioria da população), xiitas, alauitas, curdos, cristãos (representam 10% da população), drusos e arménios<sup>189</sup>. A identidade étnica sempre teve um papel muito forte e importante na sociedade e cada grupo encontrava-se concentrado em partes específicas do território, como forma de prevenir misturas entre etnias. Os alauitas viviam na parte ocidente da Síria, os drusos a sul, os curdos a norte e a este do país e os cristãos em pequenas aldeias a norte e a oeste do país. Os muçulmanos sunitas ocupavam a maior parte do território, nomeadamente as grandes cidades, como se pode observar no mapa 1.



Mapa 1

Fonte: Baczko, et all, *Civil War in Syria*  
*A distribuição étnica e religiosa na Síria*

Com a liberalização económica, deu-se a urbanização na Síria, que teve como resultado a movimentação das variadas etnias para áreas urbanas do território. Deixou de haver uma “divisão étnica territorial”, tanto na população como nas elites – as políticas sírias operavam a favor de uma elite multisectorial,

<sup>189</sup> Bernardo Pires de Lima, *Síria em pedaços* (Lisboa: Tinta da China, 2015), 61.

pondo os interesses económicos comuns à frente das ideologias partilhadas por cada etnia<sup>190</sup>.

O regime Ba'athista controlou sistematicamente a população síria e qualquer forma de insurgência ou início de oposição era suprimida através do uso da força. As forças e serviços de segurança passaram a ter duas grandes funções: o controlo das instituições e a eliminação de uma potencial oposição, tendo como objetivo evitar um golpe de Estado<sup>191</sup>. Eram abafadas quaisquer formas de insurgência, destruindo e controlando todos os atores-chave que tivessem o ínfimo potencial de mobilizar a população<sup>192</sup>. Desta forma, o regime de Bashar al-Assad conseguiu produzir uma sociedade despolitizada na qual as organizações políticas se encontravam completamente desconectadas do resto da população, criando, assim, uma grande disparidade entre as autoridades e a população.

Tendo em consideração que o regime sírio era [é] caracterizado pela enorme repressão face à população, com um serviço de forças secretas que utilizava a força para eliminar qualquer sinal de oposição ao governo, torna-se imperativo compreender como é que a revolução começou na Síria e como é que a mesma escalou para uma guerra civil e, mais tarde, para um conflito internacional.

A guerra começou com pequenos e discretos protestos na cidade de Daraa, que eram ignorados pelos media, devido ao pequeno impacto que tinham no país, mas são um indício de que, em março de 2011, a mobilização da população já estava encaminhada para uma revolução<sup>193</sup>. Num contexto de um regime repressivo como era o regime sírio, qualquer expressão pública contrária ao que o regime fazia ou defendia era considerado como um ato de protesto contra o governo e é essa repressão, juntamente com a corrupção,

---

<sup>190</sup> Baczko, et all, *Civil war in Syria*, 58.

<sup>191</sup> Ibid, 61.

<sup>192</sup> Ibid, 62.

<sup>193</sup> Ibid, 67.

as más condições de vida a que a população estava sujeita e aos acontecimentos externos que podem explicar a mobilização que se sucedeu na Síria<sup>194</sup>.

A fase de mobilização da população começou logo no início de 2011 com pequenos encontros informais, nos quais o principal tema mencionado era o que estava a acontecer nos países árabes – as revoluções. Estes encontros eram realizados de duas formas, ou entre grupos pequenos ou em grupos de conversação em redes sociais como forma de salvaguardar os participantes. A mobilização foi quase toda ela feita através da Internet, que ajudou a criar um sentimento de pertença entre aqueles que não estavam satisfeitos com o rumo da Síria.

As manifestações na Síria, inicialmente, não passaram de uma cópia das que começaram na Tunísia e que se alastraram ao Egito e a outros tantos países do Médio Oriente e Norte de África<sup>195</sup>. As manifestações começaram em março de 2011, devendo-se salientar que não passavam de protestos pacíficos em nome da democracia e do fim da repressão e de corrupção. Contudo, a resposta do regime foi recusar qualquer forma de diálogo, tentar dividir o movimento através de concessões económicas e militarizar a repressão para radicalizar a oposição<sup>196</sup>. O aumento da violência por parte do regime, ao invés de ter deteriorado a sua legitimidade, serviu, a curto prazo, para reforçar a coesão das duas instituições de segurança, uma vez que consolidou a lealdade daqueles que serviam o líder político:

---

<sup>194</sup> A Primavera Árabe levou a população a acreditar que havia uma janela de oportunidade para fugirem ao regime a que estavam sujeitos. Ibid, 67-70. “Revolution became thinkable”. Baczko, et al, *Civil war in Syria*, 73.

<sup>195</sup> Ibid, 82.

<sup>196</sup> Ibid, 84.

“The Syrian regime had built residential communities for officers and their families, which provided them with better living conditions but also made it easier to monitor their families and thus served to cement their loyalty. The numerous war crimes committed by the security organs’ cadres probably further tied them to the regime, since they risked indictment in any political transition that did not include Bashar al-Assad.”<sup>197</sup>

Bashar al-Assad utilizou três táticas de contenção. A primeira consistia em oferecer concessões económicas, como ajudar na luta contra o desemprego ou fornecer mais recursos à cidade de Daraa, mas não resultou. A segunda tática pretendia dividir a oposição – o plano seria descrever os protestos como se tivessem sido planeados e concretizados pelos muçulmanos sunitas e tentar relacioná-los com os extremistas islâmicos. O regime tentou, ainda seguindo esta tática de divisão do movimento, negociar com as minorias étnicas. Finalmente, a terceira tática consistiu no regime encorajar a radicalização ideológica da oposição ao assassinar ou raptar os moderados que pertenciam ao movimento enquanto libertava alguns extremistas da prisão, como Liwa’ Suqur al-Sham, Jabhat al-Nusra e Harakat Ahrar al-Sham al-Islamiyya, islâmicos radicais que estavam ligados à insurgência iraquiana<sup>198</sup>.

A tentativa de divisão da oposição era secundária comparando a violência que estava a ser imposta contra os manifestantes; começou a ser usada indiscriminadamente e os seus danos colaterais eram cada vez menos calculados. Todavia, o aumento exponencial da violência parou os manifestantes, o que fez com que o líder político pusesse o Exército a lutar contra a sua própria população<sup>199</sup>. A zona de guerra expandiu-se e, paradoxalmente, a multiplicação das operações militares fortaleceu o movimento rebelde e enquanto o Exército tentava suprimir os protestos numa parte da cidade, outros aumentavam noutras partes da Síria.

---

<sup>197</sup> Baczko, et all, *Civil war in Syria*, 84-85.

<sup>198</sup> Ibid, 85-88.

<sup>199</sup> Ibid, 91.

O primeiro resultado desta luta contra o regime foi a regionalização da insurgência – inicialmente os grupos armados não controlavam um território bem definido, o que dificultou o mapeamento das áreas rebeldes durante os primeiros meses. As diferenças entre regiões, no entanto, começaram a emergir gradualmente, à medida que os insurgentes se iam reagrupando em áreas mal administradas, longe das grandes cidades e perto das fronteiras<sup>200</sup>. A agitação política que se estava a fazer sentir acabou por revelar as grandes divisões religiosas dentro das comunidades sírias, divisões estas que alimentaram ainda mais o conflito e forneceram uma plataforma para que grupos extremistas como o ISIS se tornassem atores-chave na guerra<sup>201</sup>.

Em suma, o uso de força excessiva contra a população fomentou ainda mais a determinação da população nas manifestações. A violência foi aumentando cada vez mais e foi assim que se deu início à guerra civil na Síria.

Importa agora saber quem são os grupos domésticos que se envolveram no conflito. O conflito na Síria é constituído por variadas facções, havendo também uma conflitualidade entre os grupos rebeldes que ambicionam derrubar o regime de Assad.

O Exército Livre da Síria, que foi a primeira força de oposição contra o governo, expandiu-se e acabou por se tornar num termo genérico para muitos outros grupos armados – saliente-se, contudo, que este carecia de coordenação, planeamento militar organizado ou de uma ideologia coesa, tendo sido graças ao apoio do exército turco que conseguiu dominar outros grupos militantes. De seguida temos o Estado Islâmico, que é um grupo extremista que se separou da al-Qaeda em 2014 para formar a sua própria organização – tem como objetivo criar um Estado Islâmico [Califado] em todo o Iraque

---

<sup>200</sup> Ibid, 99.

<sup>201</sup> Marija Sulce, “The syrian armed conflict: nearing the end?”, *Geneva Academy*, janeiro 2019, acessado a 1 de setembro 2021, 2.

e Síria [governados pela lei sharia]. É um dos grupos mais ricos da história das organizações terroristas e conseguiu dominar uma parte territorial significativa da Síria e do Iraque, apesar de, em 2017, ter perdido grande parte desse território<sup>202</sup>.

Existe, também, o Movimento Islâmico dos Homens Livres do Levante, um grupo armado sunita que visa substituir o regime de Assad por um governo islâmico. Foi formado logo em 2011, no início da guerra, e trabalhou com o Estado Islâmico até que lutas internas entre os grupos geraram discórdias que fez com que se separassem em 2014. Tem sido um dos grupos de oposição mais poderosos em todo o conflito e, em fevereiro de 2018, formou a Frente de Libertação Síria<sup>203</sup>.

O Hay'at Tahrir al-Sham, uma união de cinco organizações islâmicas rebeldes, visa derrubar o regime e implementar a lei sharia – similar com aquilo que o Estado Islâmico pretende. As Forças Democráticas Sírias, uma aliança apoiada pelos Estados Unidos, fundada em 2015, tem como objetivo lutar contra o Estado Islâmico e outros grupos rebeldes extremistas e estabelecer uma Síria democrática – fazer aquilo que ficou por fazer com a Primavera Árabe<sup>204</sup>.

É importante compreender a relevância geopolítica e geoestratégica da Síria e como é que a violência da guerra civil escalou até um conflito internacional.

No Ocidente, a crise síria era inicialmente vista como a continuação da Primavera Árabe. Todavia, quando a violência começou a escalar para níveis considerados inaceitáveis no verão de 2011, a Alemanha, França, Portugal e o Reino Unido desenharam uma resolução (documento S/2011/612)<sup>205</sup>, que apresentaram no Conselho de Segurança

---

<sup>202</sup> Ibid, 4.

<sup>203</sup> Ibid, 5.

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> Projeto de resolução S/2011/612. <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20S2011%20612.pdf>.

das Nações Unidas, na reunião nº6627, a 4 outubro de 2011, que articulava as preocupações contínuas acerca da violência em curso, assim como as necessidades humanitárias, apelando ao Governo da Síria à interrupção da ofensiva violenta e a uma investigação independente de todas as violações dos direitos humanos durante as manifestações que estavam a ocorrer, enfatizando, ainda, a necessidade de responsabilizar os responsáveis pelas violações dos direitos humanos. Dos países presentes, nove votaram a favor – Bósnia-Herzegovina, Colômbia, França, Gabão, Nigéria, Portugal, Reino Unido e os EUA – dois votaram contra – China e a Federação Russa – e quatro abstiveram-se – Brasil, Índia, Líbano e África do Sul – como tal, a resolução não foi adotada <sup>206</sup>.

É de salientar a relutância que se fazia sentir nos EUA em intervir militarmente na guerra. A situação no terreno era demasiado complicada, uma vez que a oposição se encontrava fragmentada e devido, também, às capacidades militares sírias, nomeadamente a sua força aérea, que era poderosa<sup>207</sup>. Outro fator relevante a salientar que causou a limitação americana na guerra na Síria e, conseqüentemente dos restantes Estados ocidentais que nunca avançariam nas intervenções militares sem os Estados Unidos, foi o fracasso das guerras no Iraque e no Afeganistão<sup>208</sup>.

A Síria tem o Líbano, a Turquia, o Iraque, Israel e a Jordânia como países vizinhos. Qualquer desenvolvimento de conflito na Síria tem grandes implicações regionais:

“Uma situação de desordem caótica na Síria pode rapidamente alastrar-se para o Líbano, dada a forte influência que a Síria tem no grupo militante Hezbollah, hoje com um peso significativo no próprio governo libanês. A Síria é também um elemento chave na aliança que junta o Irão, Hezbollah e o Hamas. Qualquer alteração de regime na Síria interferirá com este eixo, alterando substancialmente a relação de forças na região”<sup>209</sup>.

---

<sup>206</sup> Reunião nº 6627, 4 de outubro, 2011. <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Golan%20Heights%20S%20PV%206627.pdf>.

<sup>207</sup> Bacsko, et al, *Civil war in Syria*, 149.

<sup>208</sup> Ibid, 149-150.

<sup>209</sup> (Mucznik, 2011)

O Médio Oriente, com o despertar das revoluções árabes, começou a passar por uma crise geral que está a redefinir o seu equilíbrio político interno, a balança de poderes entre os países e que ameaça as fronteiras definidas da era colonial<sup>210</sup>.

Passaram-se dez anos desde que o conflito começou e muitas partes se juntaram ao mesmo, incluindo muitos grupos rebeldes e outros Estados, o que complicou muito a compreensão da crise na Síria. Tem havido um grande envolvimento internacional no conflito sírio, com muitos atores a tentar alcançar os seus objetivos. O conflito sírio atraiu países como os Estados Unidos, Federação Russa, Irão, Israel e Turquia, o que acabou por fazer com que a guerra na Síria ganhasse um carácter internacional, passando a assemelhar-se mais a uma guerra de procuração<sup>211</sup>. O conflito deixou de ser apenas sobre os problemas internos da Síria – a repressão e a corrupção do regime de Bashar al-Assad – e passou a estar no epicentro das lutas geopolíticas do Médio Oriente.

Com a internacionalização do conflito, as partes beligerantes da Síria foram recebendo cada vez mais apoio por parte dos atores externos, que olham para o conflito como um jogo de soma zero, em que o sucesso de um seria automaticamente a derrota do outro<sup>212</sup>. Para uma melhor compreensão da internacionalização do conflito, é imperativo saber quais são os atores e quais são os motivos/interesses que os levaram a envolverem-se naquela guerra.

Em primeiro lugar, temos a coligação criada em 2014 pelos Estados Unidos, formada por 77 Estados – entre os quais estão incluídos vários Estados ocidentais, como a Alemanha, a França e o Reino Unido, mas também a Turquia, a Arábia Saudita, o Qatar, Israel, entre outros – com o intuito de combater o Estado Islâmico no Iraque e na Síria.

---

<sup>210</sup> Baczko, et al., *Civil war in Syria*, 153.

<sup>211</sup> Sulce, “The syrian armed conflict”, 2.

<sup>212</sup> Heiko Wimmen e Asseburg Muriel, “Civil war in Syria: external actors and interests as drivers of conflict”, *SSOAR*, 2012, 3.

Embora o objetivo da presente coligação fosse combater o terrorismo, registou-se um conflito armado internacional entre a coligação e o regime de Assad – o primeiro confronto direto ocorreu em abril de 2017 e começou quando os EUA realizaram um ataque com mísseis a uma base aérea do governo da Síria após este ter utilizado armas químicas contra a sua população; o segundo ocorreu quase um ano depois, quando o Reino Unido, a França e os EUA lançaram ataques aéreos contra o armazenamento de armas químicas na Síria<sup>213</sup>.

A Turquia, que faz parte da coligação acima mencionada formada pelos Estados Unidos, também atua unilateralmente contra os curdos sírios – está presente no conflito desde 2016<sup>214</sup>. A Turquia acabou por se tornar parte do conflito logo num estágio inicial, encontrando-se hoje diretamente ameaçada pelos acontecimentos na Síria – tanto pelos ataques que ocorrerem ao longo da sua fronteira, como também pela potencial escalada da violência<sup>215</sup>. Ademais, a presença de refugiados e rebeldes sunitas na área da fronteira causa problemas para a população árabe alauita local, que se sente ameaçada pelos rebeldes, ressentida com os refugiados e que, ainda por cima, é simpatizante do regime de Assad. É por estes motivos mencionados que uma intervenção militar turca não estaria totalmente fora de questão, como é o caso de uma intervenção ocidental ou por parte dos Estados árabes do Golfo – os planos de integração económicas com os países vizinhos foram suspensos e a situação de segurança deteriorou-se rapidamente, temendo, ainda, o colapso das estruturas estatais da Síria e o surgimento de um Estado falhado ao longo da sua fronteira sul, com o risco de destabilização tanto do Iraque como do Líbano.

Israel e o Irão também são dos principais atores externos que se juntaram ao conflito, mas encontram-se em lados opostos do tabuleiro, o que cria a possibilidade de ocorrência

---

<sup>213</sup> Sulce, “The syrian armed conflict”, 3.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Wimmen e Muriel, “Civil war in Syria”, 4.

de um conflito armado entre os dois países dentro do próprio território sírio, complicando ainda mais a situação da Síria – em fevereiro de 2018, um drone iraniano entrou no espaço aéreo israelense vindo da Síria, que provocou um ataque israelita no centro de comando iraniano; como esse ataque desencadeou fogo antiaéreo sírio. Israel acabou por recorrer a uma onda mais ampla de ataque, tanto contra alvos sírios, como iranianos<sup>216</sup>. Houve, ainda, um outro suposto ataque aéreo israelita na base aérea da Síria, em 2018, que matou sete militares iranianos, mas do qual Israel não se responsabiliza nem confirma<sup>217</sup>.

A Líbia e o Iraque, apesar de não terem um envolvimento tão grande na guerra como as potências acima mencionadas, também sofreram algumas repercussões do conflito, nomeadamente divisões internas. O grupo Hezbollah libanês e o governo iraquiano defendem e apoiam o regime de Assad, mas os políticos sunitas no Líbano e as tribos sunitas e jihadistas no Iraque apoiam a oposição<sup>218</sup>.

A guerra civil na Síria acabou por se tornar no conflito mais sangrento, originado pela Primavera Árabe e acabou por ser, também, um dos confrontos que mais intervenção externa tem tido. Tal aconteceu devido à relevância geoestratégica da Síria. Potências como o Irão e a Federação Russa viram uma oportunidade para aumentar a sua influência regional, a Turquia temeu que a sua segurança interna fosse afetada, uma vez que o país já sofria de pequenos conflitos internos com a comunidade curda. Os Estados Unidos viram também a oportunidade de aumentar a sua influência regional e de derrubar o Estado Islâmico. A concretização destes objetivos significava apoiar lados distintos da guerra – o Irão e a Federação Russa mostraram a sua lealdade ao regime de Assad, os Estados Unidos e a Turquia, por exemplo, apoiaram desde o início a oposição síria – e

---

<sup>216</sup> Wimmen e Muriel, “Civil war in Syria”, 4.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid, 3.

foram estas discórdias sobre “quem deveria ganhar a guerra” que prolongaram o conflito até aos dias de hoje.

O envolvimento estrangeiro, até agora, não conseguiu realizar nenhuma aproximação entre as partes do conflito, tendo, até em certa medida, agravado a guerra<sup>219</sup>. As tentativas das organizações internacionais – como a ONU e a Liga Árabe – para chegar a uma resolução negociada falharam devido à falta de capacidade das várias partes do conflito de se comprometerem com uma solução, incapacidade esta causada pela falta de unidade de consenso dentro da própria comunidade internacional. Os Estados ocidentais e árabes do Golfo são a favor da formação de um governo de transição, insistindo que Assad deve renunciar o poder, mas a Federação Russa é um aliado de longa data do líder da Síria e não aceita a renúncia do líder político. O poder de veto da Federação Russa impede, portanto, um acordo no Conselho de Segurança das Nações Unidas com medidas mais restritas e rígidas face à guerra civil na Síria<sup>220</sup>.

A Federação Russa e a Síria têm uma longa história de relações; desde 1971 que a Federação Russa mantém uma base naval em Tartus<sup>221</sup> e tem sido o principal fornecedor de armas do regime desde 1956<sup>222</sup>. É com base na história das suas relações que a Federação Russa tem tentado proteger o líder sírio, tanto de ações da ONU, com o seu poder de veto no Conselho de Segurança, como também de possíveis ataques aéreos ocidentais. O desejo de manter relações positivas com Assad é duplo. Por um lado, a sobrevivência do regime proporciona a Moscovo uma renda estável – a economia russa sentiu na época uma grande recessão devido ao colapso dos preços do petróleo e às sanções económicas aplicadas pela ONU pelo envolvimento russo na Ucrânia, e os fundos

---

<sup>219</sup> Ibid.

<sup>220</sup> Ibid.

<sup>221</sup> Cidade portuária na costa mediterrânea da Síria.

<sup>222</sup> Wimmen e Muriel, “Civil war in Syria”, 3.

de vendas de armas eram vitais para o crescimento económico russo. Por outro lado, a Federação Russa procurava, também, manter a sua base naval em Tartus, uma vez que a presente cidade fornecia à Rússia uma vantagem logística que o Ocidente não tinha e permitia ao país manter uma presença no Mediterrâneo oriental, o que facilitava o crescimento da importância regional de Moscovo, assim como o seu status global, e a queda de Assad tiraria à Federação Russa o seu ponto de entrada na supremacia regional<sup>223</sup>.

Os Estados Unidos, tal como os restantes Estados, estão mais interessados no eventual cenário pós-conflito do que tentar terminar com o mesmo e têm três principais interesses: aumentar a sua autoridade regional, conter a expansão de influência na região da Federação Russa e do Irão e derrotar o ISIS<sup>224</sup>. Para que estes três objetivos se cumpram, consideram a remoção de Assad do poder uma pré-condição crucial – enfraquecerá o Irão, que é a maior ameaça do Ocidente na região, e fortalecerá, reciprocamente, a Arábia Saudita<sup>225</sup>.

A União Europeia, por sua vez, considera a estabilidade na Síria de grande relevância estratégica devido à grande crise de refugiados, originada pelo conflito, que afetou não apenas os países vizinhos da Síria, mas também os Estados-membros da UE – possível aumento de fluxo dos refugiados e a transferência descontrolada de armas eram das principais preocupações da UE. Até à data a sua participação no conflito tem sido limitada, contribuindo principalmente para a ajuda humanitária<sup>226</sup>.

Ao nível regional, a Turquia, a Arábia Saudita, o Qatar e a Líbia apelam a que Assad renuncie o poder e apoiam abertamente os insurgentes com formação, treino e

---

<sup>223</sup> Ibid, 4.

<sup>224</sup> “Poses both a national security risk, and threatens Western interests in the Middle East through its destabilization effect and its non-democratic ambitions”. Michelle Peters, “The Tug of war for Syria: can the West and Russia cooperate on Syria?”, *CGSRS*, 9 de outubro 2015, 6.

<sup>225</sup> Ibid, 5-6.

<sup>226</sup> Ibid, 6-7.

financiamento. O Irão, por sua vez, mantém a sua aliança com Damasco e apoia o regime de Assad.

A Arábia Saudita tem como desejo apoiar a oposição síria de maioria sunita<sup>227</sup> e, tal como outros Estados do Golfo, acredita que a crise na Síria oferece uma oportunidade para reverter o crescimento considerável de Teerão, em termos de influência regional que ocorre desde a Guerra do Iraque em 2003, e de fortalecer as suas próprias posições<sup>228</sup>. A guerra civil na Síria já minou a aliança estratégica entre o Irão e o Hamas, com este último resistindo à pressão iraniana para apoiar o líder sírio e devido a posições incompatíveis na questão da Síria, o Irão também não conseguiu alcançar a reaproximação desejada com o Egito<sup>229</sup>, que seria vantajosa por ser vista como uma forma de gerar poder e influência na região.

Israel tem como principal preocupação o apoio da Síria ao grupo terrorista Hezbollah, incluindo a transferência de armas, tornando Israel num opositor de Bashar al-Assad<sup>230</sup>. Sempre mostrou, contudo, moderação no conflito<sup>231</sup>, principalmente por preocupação com os possíveis efeitos colaterais que o seu envolvimento na guerra poderia trazer – a desestabilização da sua fronteira com a Síria, o uso de armas químicas por parte do líder sírio e a transformação da Síria num refúgio seguro para al-Qaeda<sup>232</sup>.

Por fim, tanto o Líbano como a Jordânia, por fim, estão a sofrer os efeitos do conflito – nomeadamente uma crise de refugiados e uma ameaça crescente e constante de

---

<sup>227</sup> Ibid, 7.

<sup>228</sup> Wimmen e Muriel, “Civil war in Syria”, 3.

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Peters, “The tug war for Syria”, 8.

<sup>231</sup> “Prime Minister Netanyahu made it clear to president Putin that we are not involved in who will control Syria. Assad or not Assad, we are not entering that discussion at all. But we have interests, and when they are threatened we act, and we will continue to act”. Yaakon Lappin, “Ya’alon: We Made It Clear to Russia That Israel Will Continue to Protect Its Interests”, Jerusalem Post, 29 de setembro, 2015, acessado a 2 de novembro, 2021. <http://www.jpost.com/Breaking-News/Yaalon-We-made-it-clear-to-Russia-that-Israel-will-continue-to-protect-its-interests-419433>.

<sup>232</sup> Wimmen e Muriel, “Civil war in Syria”, 3.

combatentes estrangeiros nos seus territórios. Ambos os países apoiam os Estados Unidos no combate ao ISIS e estão a enfrentar um clima económico, de segurança, político e humanitário cada vez mais frágil, que vai agravando conforme o conflito na Síria piora<sup>233</sup>.

A cooperação na Síria entre os diversos atores externos acaba por depender dos interesses geoestratégicos de cada país no território. Dados os interesses estratégicos distintos da Federação Russa e do Ocidente na Síria, um esforço cooperativo e eficaz parece improvável.

---

<sup>233</sup> Peters, “The tug war for Syria”, 8-9.

### 3.3) Terrorismo na Síria como nova guerra?

É difícil contrariar que o conflito que está a ocorrer atualmente na Síria pode ser caracterizado como uma “nova guerra”. Mary Kaldor no seu artigo “*How to end Syria’s ‘new war’*”, para a Aljazeera America, afirmou que o conflito na Síria é típico de “novas guerras”. Sublinha, ainda, a tendência de se olhar para a crise na Síria com o pensamento o mesmo olhar de guerras passadas – ao fazê-lo, presume-se que o que está a acontecer é uma disputa de vontades entre dois lados que representam partes da população e que o que é necessário fazer é trazer as partes à mesa de negociações e chegar a um acordo. Contudo, a guerra na Síria, como Kaldor afirma, é mais complexa do que isso e exige a compreensão do seu carácter para terminar com o conflito. A guerra que está a ocorrer na Síria possui as exatas características que Kaldor utiliza para caracterizar, descrever e explicar as “novas guerras”.

As “novas guerras”, como foi mencionado no primeiro capítulo, são protagonizadas por redes de atores estatais e não-estatais. A variedade de atores no conflito da Síria é diversa: os rebeldes provêm de grupos heterogêneos, que incluem desertores do Exército sírio, civis que se quiseram juntar à luta em defesa de uma vida diferente e mais próspera, grupos islâmicos – aqui incluem-se grupos afiliados da al-Qaeda, o ISIS e ainda combatentes oriundos de várias partes do mundo – gangues criminosos, milícias curdas e a oposição democrática. Em termos internacionais, regista-se a presença dos Estados Unidos, dos seus aliados ocidentais, como o Reino Unido, a França e a Alemanha, e ainda de Israel, Qatar, Arábia Saudita, entre outros. Também se conta a ação de organizações internacionais a que estes pertencem, nomeadamente a União Europeia e a Liga Árabe.

Do lado do governo encontram-se milícias como a Shabiha e, também, grupos não estatais transnacionais (o Hezbollah), assim como o Irão e a Federação Russa<sup>234</sup>.

Ademais, as “novas guerras” são geralmente travadas em nome de políticas identitárias, sejam elas étnicas ou religiosas. Ora, a violência na Síria começou quando o regime apontou as armas contra a sua população durante manifestações pacíficas que pretendiam a destituição do líder repressivo e a implementação de um regime democrático. Contudo, na perspectiva de Kaldor, a narrativa de Assad, começou a transformar aquilo que era uma mesa de tolerância multicultural em divisões étnicas cada vez mais profundas. Essas mesmas divisões sectárias acabaram por se aprofundar conforme as divisões geopolíticas entre a Federação Russa e os Estados Unidos e entre o Irão e a Arábia Saudita.

Como acima foi referido, o conflito na Síria começou com manifestações pacíficas a favor da democracia e a exigir que o ditador renunciasse ao poder, sem qualquer tipo de menção às diferenças étnicas existentes na sociedade da Síria. Ademais, as manifestações começaram devido ao efeito bola de neve que se fez sentir no mundo árabe com os protestos na Tunísia, tendo, assim, começado a Primavera Árabe. Assad destruiu as funções sociais do Estado e fomentou uma guerra civil terrorista para derrotar uma revolução pacífica ao libertar centenas de islamitas e jihadistas que estavam presos e foram esses fatores [e muitos outros que foram mencionados ao longo da dissertação] que fizeram com que uma guerra civil se iniciasse<sup>235</sup>. A oposição pacífica que emergiu em março de 2011 era descentralizada e local, mas pretendia alcançar objetivos nacionais. Os protestantes falavam pelo “povo” e pela “Síria”; e o regime também, inicialmente, respondeu enfatizando as suas credenciais nacionalistas. Ambos os lados utilizaram

---

<sup>234</sup> Mary Kaldor, “How to end Syria’s ‘new war’”, *Aljazeera*, 13 de novembro 2013, acessado a 2 de setembro 2021.

<sup>235</sup> Melissa G. Dalton, “Defeating terrorism in Syria: a new way forward”, *CSIS*, 2017, 4.

slogans e símbolos inclusivos para todas as etnias. No entanto, o conflito acabou por atrair atores que possuíam agendas étnicas e sectárias – os curdos sírios, o Hezbollah e grupos xiitas do Iraque, o grupo Jubhat al-Nursa<sup>236</sup>, entre outros<sup>237</sup>.

A heterogeneidade étnica alimentou a guerra civil, apesar de não ter premido o gatilho. As manifestações pacíficas mudaram assim que o governo respondeu com violência extrema e rotulou os rebeldes como terroristas ou “elementos externos” que ameaçam a nação da Síria<sup>238</sup>. Como a Síria é um país com uma grande heterogeneidade étnica, o regime rapidamente voltou-se para o sectarismo na tentativa de mobilizar apoio político por parte das minorias étnicas da Síria, denominando-se como um protetor das mesmas e que está a lutar contra a maioria árabe sunita<sup>239</sup>.

Apesar de as políticas identitárias não poderem de todo ser colocadas de parte nos objetivos políticos da guerra civil na Síria, é essencial ter em consideração que pensar no aspeto sectário como a principal causa do conflito impede a sua compreensão geral e das políticas sírias. O que causou realmente o conflito foi o acesso ou permanência no poder, o controlo político e o privilégio social<sup>240</sup>.

Nas “novas guerras” a violência do conflito armado é dirigida principalmente contra a população e não entre exércitos. O monopólio de violência legítima do Estado desaparece e os rebeldes ajustam as suas táticas de guerra aos meios que têm disponíveis, uma vez que sabem que nunca conseguiriam ter o mesmo poder que o regime, e começam a usar táticas de guerrilha na guerra contra o regime [e outras forças de oposição] e ações terroristas para enfraquecer e o adversário, sendo que esta seria a única forma de

---

<sup>236</sup> Grupo militar com proposta ideológica jihadista e sunita que atua na guerra civil da Síria. Foi criado em janeiro de 2012 por soldados desertores e mercenários de diversas partes da Europa.

<sup>237</sup> Christopher Phillips, “Sectarianism and conflict in Syria”, *Third World Quarterly* nº3 vol 36, 2015, 359.

<sup>238</sup> Artur Malantowicz, “Civil war in Syria and the ‘New Wars’ Debate”, *Amsterdam Law Forum*, 2021, 55-56.

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> Ibid.

conseguirem lutar contra o regime e ter hipótese de vencer<sup>241</sup>. Na Síria, a violência usada é extrema de ambos os lados – tanto o lado rebelde como o lado do regime já cometeram crimes de guerra, ignorando por completo as Convenções de Genebra.

Ademais, a linha entre combatentes e não-combatentes está a desaparecer, o que faz com que deixe de haver um palco fixo de guerra, sendo essa outra característica que Kaldor utiliza para definir as “novas guerras”. O principal alvo é a população, o que causa, e na Síria também se verificou, movimentos e deslocamentos internos para zonas distanciadas dos conflitos, bem como países vizinhos – saliente-se que a imigração em massa, uma outra característica das “novas guerras”, e a crise de refugiados que a guerra civil síria originou não poderia ser um melhor exemplo para ilustrar a situação de deslocamentos internos e externos que se refere quanto a uma particularidade das “novas guerras”.

Finalmente, nas “novas guerras” a economia formal tende a colapsar e surge uma economia de rede transnacional, informal e predatória, como forma de assegurar a economia do país em guerra. Na Síria tal significa que o dinheiro e as armas fornecidos são canalizados para atividades ilícitas, como o sequestro e o tráfico de vários tipos.

É possível, desta forma, notar que o conflito na Síria é um dos melhores casos para ilustrar o que é uma “nova guerra”, quais as suas características e quais as diferenças entre as “novas guerras” e as “guerras antigas”.

O terrorismo na guerra civil síria é utilizado como tática não-convencional de guerra, sendo esta uma das características das “novas guerras” e da guerra subversiva, derivada da desigualdade de poder e força face ao regime. Como já concluímos na dissertação, o

---

<sup>241</sup> Ibid, 58.

terrorismo não é uma nova forma de guerra. No entanto, o terrorismo é utilizado como tática de guerra por atores não-estatais como é o caso do ISIS.

Em suma, o conflito que ocorre na Síria pode ser considerado como uma nova guerra ou visto como uma guerra subversiva, sendo este um conflito irregular que utiliza métodos e táticas não-convencionais; o terrorismo não passa de uma tática não-convencional de guerra, sendo utilizado como tal desde os tempos primórdios da história por aqueles que não têm capacidade de vencer uma potência ou o próprio regime de forma convencional.

## Conclusão

As “novas guerras” são um fenómeno recente na história. Como foi possível verificar ao longo da dissertação, o fenómeno da guerra está em constante evolução, tornando-se fundamental ter em consideração o contexto histórico, político, social e económico das sociedades quando se estuda uma determinada guerra. O mesmo se aplica ao terrorismo.

O que é que é novo nas “novas guerras”? Estas envolvem atores estatais e não-estatais e utilizam todas as formas de coação para atingirem os fins políticos, sociais e religiosos de quem as prossegue. As principais vítimas destas guerras são as populações, que são os alvos dos atores da guerra. O crime organizado tende a ser um modo de financiamento das “novas guerras”. Persistem nos Estados frágeis ou em países menos desenvolvidos e, segundo Mary Kaldor, os objetivos das “novas guerras” estão direcionados para razões de políticas identitárias, que estão associadas à globalização e ao desenvolvimento tecnológico das comunicações. Finalmente, o conflito não se encontra confinado a uma fronteira estatal num período de tempo específico, o que tem como consequência a perceção de uma dimensão regional ou global do mesmo.

Relativamente ao terrorismo, também é um fenómeno que tem vindo a sofrer imensas alterações; está presente na história há séculos e tem vindo a sofrer mutações, tanto no seu significado, como na estrutura dos grupos, nas suas táticas, estratégias e nos seus objetivos.

Foram analisadas as quatro vagas do terrorismo moderno de Rapoport, em que a primeira surgiu em 1880 e a última vaga, designada como “religiosa”, começou em 1980 e foi impulsionada pela revolução iraniana, pelo início do novo século islâmico e pela invasão soviética ao Afeganistão. Através da análise feita às quatro vagas do terrorismo moderno foi perceptível as diferenças entre os métodos de combate, os motivos e os alvos de cada vaga, não obstante algumas diferenças que se fizeram notar, nomeadamente o

readotar da figura do mártir da primeira vaga na quarta. Com a melhor compreensão da evolução do terrorismo desde o final do século XIX até à atualidade foi possível perceber o papel do terrorismo nas guerras e de que forma é que o terrorismo é utilizado como uma tática de guerra não-convencional pelo lado mais fraco do conflito.

Com a análise que foi feita ao longo da dissertação, tanto da guerra como do terrorismo, é possível notar que o terrorismo, desde sempre, foi utilizado como uma tática de guerra não-convencional pelo adversário que aparentava ser mais fraco, uma vez que este não tinha meios convencionais de enfrentar o inimigo. Desde o final do século XIX que é utilizado como forma de derrubar um Estado ou uma força dominante.

Para uma melhor perceção de como o terrorismo é uma tática de guerra irregular e não uma nova forma de guerra, foi analisado o conflito da Síria. Uma guerra civil que começou com pequenas manifestações pacíficas, durante o período da Primavera Árabe, cuja violência escalou a guerra civil e, mais tarde, a conflito internacional. A guerra civil síria é um perfeito exemplo de uma nova guerra [ou de guerra subversiva ou irregular].

Olhemos para as características da guerra na Síria. Há diversos grupos não-estatais que incluem desertores do Exército sírio, civis que se quiseram juntar à luta armada em nome de um futuro com mais direitos, grupos islâmicos – que aqui incluem-se grupos afiliados da al-Qaeda e do ISIS – gangues criminosos, milícias curdas e a oposição democrática. Em termos internacionais, os atores são os Estados Unidos, os seus aliados ocidentais, e aliados regionais como Israel, Qatar, Arábia Saudita, milícias como o shabiha, o Irão, a Federação Russa e a Turquia.

A violência na Síria começou quando o regime apontou as armas contra a sua população enquanto esta se manifestava pacificamente pela remoção do líder repressivo e pela implementação de um regime democrático. Apesar de aqui a heterogeneidade sectária não ter sido uma grande impulsionadora do conflito, as políticas identitárias não

foram esquecidas ou ignoradas ao longo do conflito – muitos países externos apoiaram determinadas fações do conflito tendo como base a sua etnia, como por exemplo a Turquia, que apoiou os rebeldes sunitas, sendo ela própria um país de maioria muçulmana sunita.

Por fim, a violência é dirigida principalmente contra a população. O monopólio de violência legítima do Estado desaparece e os rebeldes ajustaram as suas táticas de guerra aos meios que tinham disponíveis. Trata-se, por isso, de um conflito assimétrico, uma vez que os rebeldes não alcançam o mesmo arsenal bélico que as Forças Armadas do Estado e recorrem a táticas de guerrilha e a ações terroristas. A violência usada é extrema de ambos os lados – tanto o lado rebelde como o lado do regime já cometeram crimes de guerra, ignorando por completo as Convenções de Genebra. A linha entre combatentes e não-combatentes está a desaparecer, o que faz com que deixe de haver um palco fixo de guerra, sendo essa uma das características que Kaldor utiliza para definir as “novas guerras”.

É, desta forma, possível concluir que o terrorismo efetivamente não pode ser considerado como uma “nova guerra”, nem como qualquer outra forma de guerra, não passando de uma das táticas de guerra irregular, utilizado pelos atores não-estatais que não possuem força militar para derrotar ou enfraquecer o seu adversário e atingir o seu fim último, que é, geralmente, a destituição do regime vigente.

## Bibliografia

### Livros e capítulos de livro

Antunes Ferreira, Pedro. *O novo terrorismo*. Lisboa: Prefácio, D.L, 2006.

Baczko, Adam, Gilles Dorronsoro e Arthur Quesnay. *Civil war in Syria – Mobilization and Competing Social Orders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Chaliand, Gerard e Arnaud Blin, *História do Terrorismo – da Antiguidade à Alcaida*, ODETE: 2017.

Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. Traduzido por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. 2014.

De Mello e Sousa, André, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes. *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror – reflexões sobre o terrorismo do século XXI*. Brasília: IPEA, 2014.

Duque, Raquel. “Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades de forma de violência”. Em *Segurança Contemporânea*. Editado por Raquel Duque, Diogo Noivo e Teresa de Almeida e Silva. Lisboa: Pactor, 2016: 131-149.

Fukuyama, Francis. *Identidades – a existência de dignidade e a política do ressentimento*. Traduzido por Miguel Freitas da Costa. Alfragide: Dom Quixote, 2021.

Gaspar, Carlos. *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

*International Terrorism: the other world war*. Washington: Department of the air force, 1987.

Kaldor, Mary. *New & Old Wars – organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press, 2012.

Kedourie, Elie. *Democracy and Arab Political Culture*. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 1992.

Lima, Bernardo Pires. *Síria em pedaços*. Lisboa: Tinta da China, 2015.

Münkler, Hertzfried. *The New Wars*. London: Polity, 2005.

Neumann, Peter. *Old & New Terrorism: Late Modernity, Globalization and the Transformation of Political Violence*. Cambridge: Polity Press, 2009.

Proença Garcia, Francisco. *Da Guerra e Da Estratégia: A Nova Polemologia*. Lisboa: Editora Prefácio, 2010.

Rapoport, David C. “The four waves of modern terrorism”, em *Attacking Terrorism: Elements of a Grand Strategy*. Ed. Audrey Kurth Cronin e James M. Ludes. Washington, DC: Georgetown University Press, 2004. 46-73.

Richardson, Louise. *Understanding the enemy, containing the threat: what terrorists want*. Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks, 2006.

Whittaker, David J. *The Terrorism Reader*. Nova Iorque: Routledge, 2001

### Artigos de revistas científicas

Anderson, Perry. “On the Concatenation in the Arab World”. *Editorial*. 2011: 5-15.

Barbosa, Pedro Gomes. “Primavera no mundo árabe?”. *Segurança e Defesa*: 38-43.

Brumberg, Daniel. “Democratization in the Arab World? – The trap of liberalized autocracy”. *Journal of Democracy* vol 13 nº4. Outubro 2002: 56-68.

Chojnacki, Sven. “Anything New or More of the Same? Wars and Military Interventions in the International System, 1946-2003”. *Global Society* 20, no 1. Janeiro, 2006. Acedido a 16 de abril, 2021: 25-46.

Copeland, Thomas. “Is the ‘New Terrorism’ Really New?: An Analysis of the New Paradigm for Terrorism” (2001): 7-27.

Couto, Abel Cabral. “Elementos de Estratégia” vol 11. *IAEM*. Lisboa. 1989.

Cronin, Audrey Kurth. “Behind the Curve: Globalization and International Terrorism”. *International Security* 27 nº3. 2002-2003: 30-58.

Dalton, Melissa G. “Defeating terrorism in Syria: a new way forward”. *CSIS*. 2017: 2-11.

Diamond, Larry. “Why are there no Arab Democracies”. *Journal of Democracy* vol 21 nº1. Janeiro 2010: 93-104.

Duque, Raquel. “Estados Frágeis: narrativas e práticas securitárias”. *Segurança e Defesa* nº28. 2014: 46-58.

Fazal, Tanisha M. e Paul Poast. “War is not over – What the Optimists Get Wrong About Conflict”. *Foreign Affairs*. Novembro/Dezembro de 2019: 74-83.

Feldberg, Samuel. “Um mosaico de conflitos no Oriente Médio”. *Política Externa* nº3 vol 15. Dezembro/Janeiro/Fevereiro, 2007: 155-167.

Ghalioun, Burhan e Philip J. Costopoulos. “The Persistence of Arab Authoritarianism”. *Journal of Democracy* vol 15 nº4. Outubro 2004: 126-132.

Gomes, Leonel Lopes. “Subversão: da paz para a guerra”. *Boletim da Escola Prática de Administração Militar* nº14. Abril de 2001: 79-98.

Henderson, Errol e J. David Singer. “‘New Wars’ and rumors of ‘new wars’”. *Taylor & Francis*. 2002. Acedido a 10 de maio, 2021: 165-190.

Kaldor, Mary. “In Defense of New Wars”. *Stability* 2(1): 1-16.

Kalyvas, Stathis N. “‘New’ and ‘Old’ Civil Wars: A Valid Distinction?”. *World Politics*, vol 54 no 1. Outubro 2001: 99-118.

King, Stephen J. “Sustaining Authoritarianism in the Middle East and North Africa”. *Political Science Quarterly* nº3 vol 122: 433-459.

Kurtulus, Ersun N. “The ‘New Terrorism’ and its Critics”. *Routledge Taylor & Francis Group*. 2011: 476-500.

Machado Barroso, Luís Fernando. “As novas guerras: entre Sun Tzu e Clausewitz”. *Boletim Ensino* nº13. Novembro de 2012. Acedido a 1 de setembro, 2021: 19-26.

Malantowicz, Artur. “Civil war in Syria and the ‘New Wars’ Debate”. *Amsterdam Law Forum*. 2021: 52-60.

Medina, Luis Andrés Bárcenas. “‘Primavera Árabe’, un laboratorio de geopolítica”. *Política Exterior*. Março/abril, 2013: 72-82.

Møller, Jørgen e Svend-Erik Skaaning. “The Third Wave: inside the numbers”. *Journal of Democracy* vol 24 nº4. Outubro 2013: 97-109.

Moutinho Fernandes, Hugo Miguel. “As novas guerras: o desafio da guerra híbrida”. *Revista de Ciências Militares* vol. IV nº2. Novembro de 2016. Acedido a 1 de setembro, 2021: 11-20.

Mucznik, Marta. “A ‘Primavera’ Árabe: dinâmicas regionais e desafios para a comunidade internacional”. *Lusíada. Política Internacional e Segurança* nº5. 2011: 97-108.

Newman, Edward. “The ‘New Wars’ Debate: A Historical Perspective is Needed”. *ResearchGate*. Junho 2004. Acedido a 10 de maio, 2021: 173-189.

Peters, Michelle. “The Tug of war for Syria: can the West and Russia cooperate on Syria?”. *CGSRS*. 9 de outubro 2015: 2-20.

Phillips, Christopher. “Sectarianism and conflict in Syria”. *Third World Quarterly* nº3 vol 36. 2015: 357-376.

Proença Garcia, Francisco. “A nova conflitualidade e as forças da transformação”. *ResearchGate*. Março 2018. Acedido a 2 de abril, 2021: 1-14.

Rapoport, David C. "Sept 11 and the history of terrorism". *Journal of Terrorism and Political Violence*. Janeiro 2002. 1-18.

Reis, Filipe de Figueiredo Santos. "Identidade nacionalista e o IRA: a ascensão e a pacificação do grupo e a compreensão do terrorismo". *Fronteira*. 2018: 124-144.

Sulce, Marija. "The syrian armed conflict: nearing the end?". *Geneva Academy*. Janeiro 2019. Acedido a 1 de setembro 2021: 2-8.

Tucker, David. "What's New About New Terrorism and How Dangerous Is It?" *Terrorism and Political Violence* (2001): 1-14.

Wellausen, Saly da Silva. "Terrorismo e os atentados de 11 de setembro". *Tempo Social*. 2002: 83-112.

Wimmen, Heiko e Asseburg Muriel. "Civil war in Syria: external actors and interests as drivers of conflict". *SSOAR*. 2012: 1-7.

Zeraoui, Zidane. "A una década de la Primavera Árabe: ¿ Hacia dónde va el mundo árabe?". *Relaciones Internacionales* nº 60 vol 30. 2021: 3-24.

Zuber, Maria e Samuel Sahel Moussa. "Arab Spring as a background of civil war in Syria". *International Conference Knowledge-based Organization* Vol. XXIV No 1 2018: 245-251.

## Imprensa

Blakemore, Erin. "Ascensão e Queda do Império Otomano". *National Geographic*. 5 de novembro, 2020. Acedido a 11 de junho, 2021. <https://www.natgeo.pt/historia/2019/12/ascensao-e-queda-do-imperio-otomano>.

"Egypt referendum strongly backs constitution changes". BBC. 20 de março, 2011. Acedido a 31 de outubro, 2021. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12801125>.

Elbaum, Rachel. "What is ISIS? What you need to know about Islamic State in Iraq and Syria". *NBCNEWS*. 18 de abril, 2018. Acedido a 6 de junho, 2021. <https://www.nbcnews.com/storyline/smart-facts/what-isis-what-you-need-know-about-islamic-state-iraq-n859996>.

"ISIS aims for resurgence in Iraq, Syria: UN experts", *The Straits Times*, 3 de Agosto, 2019, acedido a 6 de junho, 2021. <https://www.straitstimes.com/world/united-states/un-experts-isis-aims-for-resurgence-in-iraq-syria>.

Kaldor, Mary. "How to end Syria's 'new war'". *Aljazeera*. 13 de novembro 2013. Acedido a 2 de setembro 2021. <http://america.aljazeera.com/opinions/2013/11/how-to-end-syriaasnewwar.html>.

Lappin, Yaakon. “Ya’alon: We Made It Clear to Russia That Israel Will Continue to Protect Its Interests”. *Jerusalem Post*. 29 de setembro, 2015. Acedido a 2 de novembro, 2021. <http://www.jpost.com/Breaking-News/Yaalon-We-made-it-clear-to-Russia-that-Israel-will-continue-to-protect-its-interests-419433>.

Reuters Staff. “US urges restraint in Egypt, says government stable”. *Reuters*. 25 de janeiro 2011. Acedido a 31 de outubro 2021. <https://www.reuters.com/article/ozatp-egypt-protest-clinton-20110125-idAFJ0E700KF20110125>.

“Tunisia Legalizes Islamist group Ennahda”. *BBC*. 1 de março, 2011. Acedido a 31 de outubro, 2021. <https://www.bbc.com/news/world-africa-12611609>.

## Enciclopédias

Editores da Enciclopédia Britannica. “Arab Spring”. *Britannica*. 27 de janeiro, 2021. Acedido a 15 de julho, 2021. <https://www.britannica.com/event/Arab-Spring>. Scullard, Howard Hayes. “Syria”. *Britannica*. 27 de maio, 2021. Acedido a 9 de junho, 2021. <https://www.britannica.com/place/Syria>.

## Outros conteúdos online

Kaldor, Mary. “War as a social condition”. *Youtube*. 2017. [https://www.youtube.com/watch?v=a8PKW\\_Astc](https://www.youtube.com/watch?v=a8PKW_Astc).

Safi, Michael, Antonio Voce, Frank Hulley-Jones e Lydia McMullan. “How the Arab spring engulfed the Middle East and changed the world”. *The Guardian*. 25 de janeiro, 2021. Acedido a 21 de julho, 2021. <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2021/jan/25/how-the-arab-spring-unfolded-a-visualisation>.

“Syria: The Making Of The Modern State”. Vídeo do YouTube, 3:40. Publicado por “YouTube”. 29 de Agosto, 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=eEbX4Nw8qLw>.

“Timeline: The Rise, Spread, and Fall of the Islamic State”. *Wilson Center*. 28 de outubro, 2019. Acedido a 6 de junho, 2021. <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>.

Portal Diplomático, Congresso de Vestefália. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=520:congresso-de-vestefalia&catid=119>.

## Teses de Doutoramento

Duarte, Felipe Pathé. “O Jihadismo Global: da teoria à prática – contributos para o estudo da estratégia de subversão armada de um antimovimento secular. PhD, Universidade Católica Portuguesa. 2019.

Ferreira, Pedro Nunes Antunes. “Thomas Edward Lawrence: Contributos para o estudo da subversão”. PhD, Universidade Católica Portuguesa. 2019.

## Relatórios de Organizações Internacionais

França, Alemanha, Portugal e o Reino Unido. *Projeto de resolução S/2011/612*.  
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20S2011%20612.pdf>.

*Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação no Egito*. 17 de fevereiro 2011.  
[https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0064\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0064_PT.html).

Reunião n.º 6627. 4 de outubro 2011.  
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Golan%20Heights%20S%20PV%206627.pdf>.

